

WP 31

Edição Março 2005

EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NA REGIÃO PORTUGUESA DO ALENTEJO

Autores

Marcos Olímpio Gomes dos Santos

Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia
Augusto da Silva, Évora

Maria da Saudade Baltazar

Departamento de Sociologia da Universidade de Évora

<http://www.itcilo.org/delnet>

[E-mail:delnetportugues@itcilo.org](mailto:delnetportugues@itcilo.org)

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

PARTE I: ENQUADRAMENTO

1. Sobre o desenvolvimento local
2. Os antecedentes do desenvolvimento local
3. A inserção das ADL's no desenvolvimento dos territórios
4. Considerações gerais sobre o Alentejo

PARTE II: OS ESTUDOS DE CASO SELECCIONADOS

1. Os territórios e os actores
 - 1.1. A Margem Esquerda e a ADPM
 - 1.2. O Distrito de Évora, a Aliende, a Terras Dentro e a Trilho
2. As experiências de desenvolvimento local (Estudos de Caso)
 - 2.1. As experiências de sucesso
 - 2.2. As experiências menos conseguidas

DISCUSSÃO, CONCLUSÕES E SUGESTÕES

BIBLIOGRAFIA

SIGLAS

ANEXOS

Anexo I: Inquérito aplicado na fase exploratória

Anexo II: Inquérito aplicado para estudo dos casos seleccionados

APRESENTAÇÃO

Estimados/as amigos/as,

No quadro do trabalho de parceria que tem vindo a ser desenvolvido entre o Programa Delnet do Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho e o Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, Portugal (em articulação com o Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia Augusto da Silva), foi realizada uma investigação na região do Alentejo, no sul de Portugal, sobre 6 experiências ocorridas no âmbito do desenvolvimento local e implementadas por Agências de Desenvolvimento Local (ADL's).

Um dos objectivos era o de colocar à disposição dos participantes do Delnet e de docentes, investigadores e alunos universitários os resultados obtidos com uma pesquisa sobre casos de sucesso e de insucesso, no âmbito do desenvolvimento local de forma a que se possa, na medida do possível, tirar lições úteis e evitar alguns dos erros habituais que podem pôr em risco um projecto ou uma estratégia de desenvolvimento local.

Este trabalho propõe ainda um instrumento padronizado de recolha de informações para a avaliação dos resultados obtidos pelas experiências de desenvolvimento local.

As respostas provenientes de 8 Agências de Desenvolvimento Local (ADL's) que devolveram, devidamente preenchido, o inquérito enviado na primeira fase, permitiram seleccionar as **6 experiências** a seguir indicadas.

a) Consideradas como satisfatoriamente conseguidas, ou de sucesso:

1. Constituição do parque natural do Vale do Guadiana (indicada pela Associação de Defesa do Património de Mértola - ADPM);
2. Empreendimento de turismo de aldeia em S. Gregório (Rio de Moinhos – Borba) (indicada pela TRILHO);
3. Centro partilhado de tele-trabalho (indicada pela ALIENDE).

b) Consideradas como insatisfatórias ou não conseguidas satisfatoriamente:

4. Constituição de uma federação de Artesanato do Alentejo (indicada pela Terras Dentro);
5. Criação de uma empresa de Turismo (indicada pela ADPM);
6. Promoção do associativismo no âmbito de um Programa Global de Intervenção (indicada pela TRILHO).

A análise das respostas às entrevistas de aprofundamento a representantes de 4 ADL's, que decorreu na segunda fase do trabalho, permitiu chegar às conclusões que constam nos parágrafos seguintes:

- ✓ A persistência de dificuldades no âmbito do associativismo e no âmbito do empreendedorismo são as ilações transversais a retirar de quase todas estas

experiências, o que se encontra em sintonia com conclusões de pesquisas realizadas sobre o Alentejo, e o que por conseguinte reflecte mais uma vez algumas das debilidades que afectam esta região portuguesa.

- ✓ As experiências consideradas como insatisfatórias ou menos satisfatórias encontram-se associadas a situações que não obedecem a um estudo prévio ou a uma cautelosa avaliação das condições de partida, à insuficiente capacidade de resposta por parte das ADL's promotoras face à dimensão de dificuldades inesperadas, e ainda à não adesão por parte do público-alvo, tendo originado alguma retracção momentânea por parte das ADL's envolvidas no que se refere ao lançamento de iniciativas semelhantes.
- ✓ Por sua vez, subjacente ao sucesso das experiências consideradas como satisfatórias, encontra-se a correcta leitura da realidade local e a capacidade de mobilização e motivação dos destinatários para as iniciativas programadas. Também o empenho de técnicos e dirigentes das ADL's e o entrosamento entre os parceiros/intervenientes se revelaram como factores essenciais para o sucesso das experiências analisadas.
- ✓ Há no entanto a referir que, mesmo nas experiências consideradas de sucesso, ocorreram frequentemente acentuadas dificuldades endógenas (insuficiências organizativas, falta de pessoal, insatisfatória articulação entre intervenientes) que colocaram sérios desafios aos promotores e parceiros dessas iniciativas. Os constrangimentos exógenos (tais como enquadramento legislativo inadequado e dificuldades de ordem burocrática), constituíram também obstáculos que em quase todas as experiências bem sucedidas se revelaram como dos mais sérios entraves a ultrapassar. Face a tais condicionalismos constatou-se que, como já referido, só o elevado e continuado empenho dos intervenientes (técnicos e dirigentes) permitiu ultrapassar os significativos obstáculos que se lhes depararam, especialmente na fase de concretização das experiências analisadas.
- ✓ É ainda de salientar que a sustentabilidade das experiências de desenvolvimento local (ou das suas sementes), é um desafio que se coloca com alguma frequência devido a vulnerabilidades latentes (endógenas e exógenas), com que se deparam ciclicamente tais iniciativas (dificuldades decorrentes do atraso no recebimento de verbas provenientes das entidades financiadoras, alterações políticas locais e centrais).

Assim, já na fase de pós-projecto, as experiências consideradas de sucesso podem ser afectadas por factores patogénicos que originam uma regressão para patamares que haviam sido ultrapassados antes.

Não obstante o contacto com todas estas experiências ter proporcionado aos técnicos e dirigentes envolvidos um capital de valorização, que se traduziu na melhoria das suas competências transversais e específicas, as constatações referidas nos parágrafos superiores são susceptíveis de colocar às ADL's matéria para reflexão conjunta, e às Universidades pistas para investigação, sobre a extensão destes fenómenos e soluções para os minimizar.

Gostaria ainda de prestar aqui os agradecimentos devidos aos que amavelmente contribuíram para que este trabalho fosse possível.

Ao Prof. Carlos Alberto da Silva, do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora pelo seu contributo para a elaboração dos guiões das entrevistas e para a elaboração do texto da Parte I.

À Dr.^a Carolina Augusta Barrocas pela sua participação na recolha de informação e tratamento dos dados e ao Dr. Celino Silva pela laboriosa revisão do texto final.

Aos Drs. António Gavela (Trilho), Joaquim Amado (Terras Dentro), Jorge Coelho (Aliende), Jorge Revez (ADPM), e à Eng.^a Florence Melen (Trilho), pela sua disponibilidade e disponibilização de informação necessária para dar resposta aos objectivos estabelecidos.

Ángel L. Vidal
Delnet Manager
Centro Internacional de Formação da OIT

INTRODUÇÃO

Origem e fundamentação do estudo

Este trabalho de investigação foi realizado por incumbência do Programa Delnet do Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho e tem como finalidade analisar e debater 6 experiências de desenvolvimento local (3 experiências de sucesso e 3 experiências menos conseguidas), ocorridas na região portuguesa do Alentejo.

Esta análise oferece aos destinatários da publicação (técnicos e dirigentes de ADL's, docentes e investigadores, estudantes e público interessado por este tema) um acervo de informações sobre os factores que propiciaram as situações relatadas, e assim alargar os seus conhecimentos sobre esta matéria, podendo incorporá-los nas suas reflexões sobre a actividade que desenvolvem no âmbito do desenvolvimento local.

Objectivos a alcançar

Os objectivos fundamentais do estudo consistem assim em:

- ✓ descrever as experiências de desenvolvimento local seleccionadas;
- ✓ evidenciar as causas do grau de sucesso ou de insucesso que as caracterizam;
- ✓ explicitar os ensinamentos que proporcionaram;
- ✓ apresentar as sugestões que os intervenientes consideram de interesse transmitir aos destinatários desta publicação.

Para além destes objectivos fundamentais foram traçados objectivos subsidiários com a finalidade de contribuir para se perceber melhor a realidade abordada, e que consistiram em explicitar o enquadramento que condiciona a actuação das ADL's, e em caracterizar essas ADL's bem como as Zonas de Intervenção onde se inserem.

Metodologia

Trata-se portanto de um estudo de casos, porque se desenvolve mediante uma análise detalhada dos seus elementos, e na inter-relação que se estabelece entre eles e o seu contexto, com a finalidade de a sua síntese permitir a busca do significado e tomada de decisão sobre o caso.

Poder-se-ão identificar quatro propriedades essenciais neste tipo de estudo, e que são: “particular, descritivo, heurístico e indutivo. É particular enquanto se centra numa situação particular, acontecimento, programa ou fenómeno; é descritivo porque pretende realizar uma rica e intensiva descrição do fenómeno estudado; é heurístico enquanto o estudo ilumina o leitor sobre a compreensão do caso; e é indutivo pois chega a generalizações, conceitos ou hipóteses partindo dos dados” (Arnal *et al.*, 1992: 207).

Numa perspectiva metodológica, o estudo de casos é tido como o instrumento adaptado à recolha de informações de carácter qualitativo e complexo, sendo estas difíceis ou impossíveis de obter de outra forma; pressuposto que se consubstancia na noção de estudo de casos apresentada por Casley e Lury (1992), na qual se considera estar perante “um estudo detalhado de um número pequeno de entidades,

seleccionadas como representativas de um ou mais grupos que são relevantes para o tópico central da investigação, porém não necessariamente representativas da população na sua totalidade” (*apud* Doorman, 1991: 109).

As unidades de observação são as 6 experiências de desenvolvimento local, as unidades de análise consistem nas dimensões ou vertentes que se vão estudar nos 6 casos referidos, e o objecto de estudo identifica-se com a especificidade das causas explicativas do (in)sucesso inerente a cada uma dessas experiências.

Os procedimentos adoptados para se alcançar os objectivos traçados foram os seguintes:

- ✓ **Pesquisa documental** com a finalidade de recolher informação sobre o enquadramento teórico e a caracterização do Alentejo, região na qual se localizam as Zonas de Intervenção onde ocorreram as experiências seleccionadas, e onde se encontram sedeadas as Associações de Desenvolvimento Local que levaram a cabo essas experiências;
- ✓ **Entrevistas semi-estruturadas**¹ (aplicadas numa primeira fase),² para recolha da informação sobre as experiências ocorridas no Alentejo;
- ✓ **Entrevistas estruturadas**³ (aplicadas numa segunda fase), para aprofundamento das experiências seleccionadas na fase anterior.⁴

A informação provocada foi tratada mediante o recurso à análise de conteúdo na modalidade de análise categorial.

Estrutura do texto

Os resultados da investigação são apresentados ao longo de duas partes conforme abaixo se explicita:

- ✓ **Parte I** (Enquadramento), que inclui os 4 seguintes capítulos: i) Sobre o desenvolvimento local; ii) Os antecedentes do desenvolvimento local; iii) Inserção das ADL's no desenvolvimento dos territórios, e iv) Considerações gerais sobre o Alentejo.
- ✓ **Parte II** (As experiências de desenvolvimento local seleccionadas ou o Estudo de casos seleccionados), que por sua vez inclui os seguintes pontos: i) os territórios e os actores, ii) As experiências de desenvolvimento local (o qual por sua vez se subdivide, em Experiências de sucesso, e Experiências menos conseguidas).

Após a apresentação dos resultados discute-se as suas implicações, exercício antecedido da revisão crítica de outros pontos do texto, e finalmente constam as Conclusões, ponto onde tendo em atenção os objectivos se sintetiza os resultados alcançados, e se recapitula ou salienta as recomendações e sugestões finais.

¹ Cujo guião (ver Anexo II) foi elaborado por Carlos Alberto da Silva, Prof. Auxiliar no Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, que elaborou também a versão inicial da entrevista estruturada.

² A informação recolhida nesta fase proporcionou o conhecimento de 30 experiências de sucesso e 18 consideradas menos conseguidas, das quais como já se referiu foram seleccionadas 6 (de entre as recebidas até 2 meses após o envio da 1ª remessa de inquéritos), atendendo aos seguintes critérios inerentes a essas experiências: i) dimensão da área de abrangência, ii) originalidade, e iii) dimensão ou complexidade do público-alvo ou destinatários.

³ Ver Anexo III.

⁴ Em ambas as fases procedeu-se à verificação da validade e fiabilidade dos instrumentos de recolha de dados. A validade foi verificada mediante a aplicação da lógica de cascata (compaginando os objectivos estabelecidos com as questões colocadas), e a fiabilidade foi testada recorrendo-se à apreciação e parecer de outros investigadores sobre a formulação das questões.

Neste ponto aborda-se a definição de desenvolvimento local e posteriormente procede-se a uma apresentação da região portuguesa do Alentejo de forma a proporcionar ao leitor um contacto com os pressupostos teóricos e com a zona onde ocorreram as experiências relatadas e analisadas na Parte II.

1. SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Alcançar a coesão económica e social⁵ proporcionando aos seres humanos a possibilidade de realização pessoal e profissional constituem imperativos constitucionais de muitos países. Tais desideratos não são exequíveis sem que se verifique um processo de desenvolvimento.

Há desenvolvimento nos territórios onde as pessoas que aí vivem se sintam globalmente satisfeitas com as suas condições actuais de vida, tenham uma perspectiva favorável sobre o futuro desse território para si e para as gerações vindouras, e ainda que habitantes de outros locais (pelo seu conhecimento directo ou indirecto) generalizadamente considerem que o território em análise apresenta vantagens, trunfos ou aspectos positivos que lhe conferem o estatuto de zona atractiva e com perspectivas prometedoras.

Para que esta concepção subjectiva (alicerçada em factores objectivos)⁶ seja uma realidade, terá de ocorrer um processo de desenvolvimento local que consiste no incremento da actividade produtiva e na melhoria continuada das condições de vida da população que habita num determinado território, o que implica o acesso generalizado dos que aí vivem a oportunidades, bens e serviços que proporcionem respostas às suas necessidades fisiológicas, de auto realização, de estima, sociais, e de segurança.

Para que essas condições tenham lugar é imprescindível a existência de promotores e empreendedores que detectem (e por vezes criem) na população necessidades funcionais, e lancem novas iniciativas, dinamizando as actividades económicas, sociais e culturais, e aperfeiçoem os legados que receberam das gerações anteriores.

Têm assim que ser desencadeadas com alguma frequência iniciativas estruturantes (que optimizem as vantagens comparativas e aperfeiçoem vantagens competitivas já referidas, e fomentem transformações conducentes à elevação do posicionamento socioeconómico de um território para patamares superiores, pelo menos quando comparado consigo próprio), as quais pelo seu impacto contribuam duradouramente para melhorar, não só directa mas também indirectamente, as condições de vida de um ou mais estratos da população, e que enriqueçam portanto o património material ou imaterial do território.

⁵ Que significa a redução das disparidades de desenvolvimento entre territórios e entre as condições de vida dos habitantes que residem nesses territórios, através de medidas que visam aumentar a criação de riqueza e promover uma justa solidariedade redistributiva.

⁶ Vantagens comparativas (recursos naturais valorizados, localização geo-estratégica favorável) e vantagens competitivas (qualificação de recursos humanos).

O desenvolvimento local implica também que sejam lançadas periodicamente iniciativas para recreação das populações que fomentem a satisfação e alegria de viver, e lhes proporcionem recordações agradáveis em todas as fases da vida. Ambos os tipos de iniciativas devem contribuir para a realização pessoal e profissional dos habitantes de um território.

O desenvolvimento é assim um processo incremental e inesgotável, que exige sempre continuidade e transformações, tradição, mudança e inovação.

Consiste sempre na qualificação: i) dos locais (dotando-os de melhorias básicas tais como saneamento, arruamentos, património construído, manutenção e/ou melhoramento das infra-estruturas, dotação em equipamentos e serviços imprescindíveis); ii) das organizações públicas e particulares (dotando-as de processos de gestão adaptados aos desafios actuais e que permitam melhorar os respectivos desempenhos); e iii) das populações, criando-se não só condições para que as crianças e jovens apreendam conhecimentos e o acesso às modernas tecnologias de informação e comunicação que lhes permitam uma inserção social, mas também condições para que a população adulta possa melhorar as suas competências.⁷

Procura-se que seja um processo sustentável onde se:

- ✓ Valorizem os recursos localmente disponíveis;
- ✓ Reforcem as capacidades das pessoas que aí residem;
- ✓ Aperfeiçoe a capacidade de atracção ao local de pessoas de outras zonas e culturas;
- ✓ Atenda à intensificação das relações de cooperação entre agentes, tendo em vista a superação dos problemas detectados;
- ✓ Concebam e apliquem estratégias de acção, que permitam melhorar as condições de vida, consideradas fundamentais para essa população, e através da sua própria participação;
- ✓ Proceda à criação de redes inter-locais, por forma a promover estratégias concertadas de desenvolvimento entre pessoas e territórios com interesses divergentes.

Assim, para que seja possível promover o desenvolvimento local, é imprescindível conhecer em que grau os habitantes e as suas qualificações têm sido potenciados ou desperdiçados, se a participação democrática melhorou ou piorou, qual a incidência da pobreza e das desigualdades de rendimento, da poluição, e qual a situação dos recursos ambientais.

Como já se poderá ter depreendido, o desenvolvimento local surge assim como um movimento de opinião e intervenção associado a uma posição que releva uma perspectiva crítica no que se refere ao:

- ✓ Menosprezo pelos limites ecológicos por parte de um modelo económico que desvaloriza as consequências ambientais da produção, assente na exploração dos recursos naturais e na poluição dos recursos renováveis;

⁷ Ou seja, visa o reforço da qualificação global das pessoas, nomeadamente, dos actores locais, com vista a aumentar a capacidade de conjugarem de forma positiva e empreendedora a tradição e a modernidade (ESDIME, 1997).

- ✓ Insucesso económico, resultante da concepção segundo a qual o crescimento económico só por si proporciona mais bem-estar universal;
- ✓ Insucesso social proveniente da ideia de que a criação de mais riqueza, independentemente dos mecanismos redistributivos, acaba por gerar menos desigualdade e mais coesão social;
- ✓ Funcionamento político das sociedades nas quais não são respeitados os direitos humanos e cultivados os direitos e deveres de cidadania.

Ou seja, o desenvolvimento local implica a participação democrática na vida social, a consciencialização ambiental, a valorização dos recursos humanos, locais e culturais.

Os agentes e actores (ou protagonistas)⁸ intervenientes neste processo são os seguintes:

- ✓ População em geral, que adere, apoia, rejeita, ignora, reivindica, vota ...;
- ✓ Responsáveis políticos, a quem compete defender os interesses das populações;
- ✓ Empresários (agricultores, industriais, comerciantes, prestadores de serviços), que investem, mantêm ou criam postos de trabalho, e colocam no mercado local bens e serviços procurados por residentes e visitantes;
- ✓ Trabalhadores, desde os menos aos mais qualificados, que contribuem para a produção de bens e serviços;
- ✓ Instituições locais e regionais (tais como Câmaras Municipais, Assembleias Municipais, Juntas de Freguesia, Assembleias de Freguesia, Segurança Social, Centros de Emprego);
- ✓ Organizações de defesa de interesses (Sindicatos, Associações de Empresários), que lutam pela melhoria das condições de vida dos seus associados;
- ✓ Associações culturais, recreativas e desportivas, que proporcionam às populações o acesso à fruição de bens imateriais e à cultura do espírito;
- ✓ Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras Organizações Não Governamentais (de entre as quais se destaca as Associações de Desenvolvimento Local), que prestam serviços a segmentos específicos ou alargados da população.

É fundamentalmente sobre estes agentes e actores que recai a responsabilidade de assumir a condução de um processo de desenvolvimento local, ainda que por vezes em articulação com agentes ou actores externos, cujos conhecimentos e experiência poderão constituir um valioso contributo para ultrapassar dificuldades endémicas. Só através de uma dinâmica gerada por esses intervenientes é possível desencadear um processo de desenvolvimento local que fomente: a iniciativa, a participação,⁹ a organização, a intervenção e a consolidação de iniciativas consideradas essenciais para uma comunidade.

⁸ Por facilidade de expressão dividimos os protagonistas em agentes (os indivíduos) e actores (as organizações), seguindo até uma prática corrente, pois é frequente em documentos oficiais e na divulgação de notícias aparecer a distinção entre decisões ou iniciativas tomadas pelo presidente ou responsável por um serviço (presidente de uma ADL, presidente de um Sindicato; presidente de uma Câmara), e posições atribuídas a uma organização (ADL, Sindicato, Câmara Municipal, Junta de Freguesia).

⁹ Conforme já foi referido anteriormente, lembre-se que o desenvolvimento local está relacionado com o bem-estar das pessoas, através da sua participação e exercício de uma cidadania activa, que só é possível quando o processo tem lugar da base para o topo (*bottom-up*), ou seja, só se pode realizar no local, onde as coisas que dizem respeito à vida das pessoas acontecem.

Os **factores favoráveis associados aos processos de desenvolvimento local** são segundo vários autores (Amaro *et al*, 1992; Candeias, 2002; ESDIME, 1997; Reis, s.d.), nomeadamente os seguintes:

- ✓ Capacidade de resposta atempada por parte dos intervenientes locais, nomeadamente autarcas e responsáveis de organizações sem fins lucrativos, a constrangimentos impostos pelos factores espaço e tempo, permitindo que sejam desencadeadas medidas conducentes à resolução, minimização ou prevenção de problemas que afectam ou podem vir a afectar a comunidade ou uma parte dos seus habitantes;
- ✓ Sentido de missão por parte de responsáveis que exercem voluntariamente funções em organizações sem fins lucrativos;
- ✓ Conjugação de esforços entre actores locais para resolução ou minimização de problemas comuns, possibilitando a implementação de um processo colectivamente partilhado;
- ✓ Qualificação contínua dos habitantes, nomeadamente da população activa;
- ✓ Aproveitamento racional dos recursos e das potencialidades locais;
- ✓ Níveis satisfatórios de espírito cívico e de cidadania, de envolvimento e menor alienação por parte das populações, o que contribui para imprimir uma dinâmica de contribuição para o bem-estar comum;
- ✓ Conjugação do relacionamento entre tradição e modernidade / Articulação entre passado, presente e futuro;
- ✓ Preservação da identidade cultural;
- ✓ Capacidade de fixação de quadros autóctones, e de atracção de quadros externos, proporcionando assim a localização de massa cinzenta, indispensável à qualificação territorial;
- ✓ Fomento da inter-relação entre os habitantes;
- ✓ Maior actuação e intervenção devido à proximidade e conhecimento dos problemas por parte dos decisores locais;
- ✓ Maior estímulo para a intervenção por parte dos responsáveis por organizações locais;
- ✓ Atenção aos desejos exequíveis da população, por parte daqueles a quem no desempenho das suas funções cabe a responsabilidade de responder aos anseios dos cidadãos;
- ✓ Sensibilidade por parte nomeadamente dos eleitos, para com o estado psicológico dos habitantes e das condições de vida associadas, e portanto da subjectividade e da objectividade condicionante;
- ✓ Possibilidade de concretização de acções exemplificativas;
- ✓ Existência de um diagnóstico partilhado e vivido que atenda às especificidades do território no que se refere por exemplo às potencialidades e debilidades inerentes: i) aos factores geográficos e ambientais; ii) às especificidades históricas e culturais; iii) aos dados e tendências demográficas; iv) às infra-estruturas e equipamentos; v) aos serviços de apoio à produção e ao consumo, vi) à estrutura e evolução da economia local; vii) à evolução do mercado de trabalho; viii) aos problemas sociais; ix) à introdução de projectos inovadores; x) às relações inter-locais; e xi) à actividade das associações de índole diversa.

De acordo com os autores que se têm debruçado sobre esta temática (Amaro *et al*, 1992; Candeias, 2002; Henriques, 1990; INDE, 1994; Martins, 1995; Reis, s.d.), **os obstáculos com mais frequência assinalados** que se deparam ao desenvolvimento local em alguns territórios são os seguintes:

- ✓ Alienação da população face à política e face aos problemas sociais em geral (exceptuando talvez aqueles que são mais imediatos), associada à reduzida participação/intervenção dessa população no processo de preparação e concretização de projectos fundamentais para a vida da comunidade;
- ✓ Clivagens disfuncionais entre protagonistas locais, o que cria impedimentos à criação de sinergias tantas vezes indispensáveis para a resolução de problemas que afectam uma comunidade;
- ✓ Falta de coordenação continuada entre agentes e actores locais envolvidos no processo de preparação e implementação de iniciativas atinentes ao bem-estar da população residente, o que origina por vezes o não aproveitamento de importantes e raras oportunidades;
- ✓ Falta de comunicação e coordenação de esforços entre o poder central e o poder local;
- ✓ Distanciamento face ao poder central (que ainda decide e condiciona o planeamento e a intervenção local);
- ✓ Insuficiências da análise no que concerne à interpretação do subjectivo e objectivo num território (coordenadas que só podem ser entendidas mediante a vivência no local e no momento);
- ✓ Reduzida capacidade de gestão no que se refere aos recursos humanos, financeiros e temporais.

Esta concepção de desenvolvimento local decorre de uma nova abordagem sobre as responsabilidades e capacidade de iniciativa dos actores com responsabilidades no desenvolvimento.

É nomeadamente a partir dos anos setenta que emerge e se consolida esta nova perspectiva designada por paradigma territorialista que será abordado no ponto seguinte.

2. OS ANTECEDENTES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Não obstante, no momento actual, se considerar indiscutível a variabilidade de percursos trilhados pelas diferentes experiências de desenvolvimento local, estes processos dinâmicos de transformação socioeconómica de um determinado território nem sempre foram perspectivados desta forma.

Trata-se de uma problemática que emergiu num passado relativamente próximo, isto é, com a crise económica do início dos anos 70, sobretudo após o primeiro choque petrolífero de 1973, e pela análise crítica das representações dominantes dos processos de desenvolvimento baseados nos modelos do tipo centro-periferia e nas abordagens teóricas do *crescimento polarizado*, ou do designado paradigma difusionista/funcionalista do desenvolvimento.

O tipo de espacialização assente numa perspectiva funcionalista, cujo aparecimento e consolidação deve ser entendido e analisado à luz do contexto do pós Segunda Guerra Mundial, e que "parte da concepção do espaço como lugar de inscrição dos resultados das tendências económicas esteve na base do desenvolvimento de uma doutrina orientadora das políticas públicas de promoção do desenvolvimento regional, a propósito dos desequilíbrios regionais quando estes começaram a surgir como um problema político à escala interna das nações, bem como a propósito da promoção do desenvolvimento à escala mundial, quando os processos de descolonização aumentaram a visibilidade das desigualdades mundiais" (Pedroso, 1997: 44 e 45).

Aqui a promoção do desenvolvimento local e regional pressupunha ter em conta os espaços que reuniam melhores condições para se transformarem em pólos de crescimento e de investimento, ou seja o crescimento económico dessas zonas com grandes potencialidades provocaria melhor bem-estar e mais riqueza para todos (Myrdal, 1957; Hirschman, 1958; Perroux, 1964).

O desenvolvimento, com base neste raciocínio, é concebido como um fenómeno que parte de «cima para baixo», visão que identifica o desenvolvimento com o crescimento económico e implica preocupações acrescidas com o cálculo racional dos custos e não com as especificidades sócio-culturais de um determinado espaço.

As principais críticas e limites apontados a tais estratégias de desenvolvimento centram-se preferencialmente no facto de que o "desenvolvimento não pode ser reduzido tão somente ao crescimento expresso em termos puramente quantitativos; de que, na melhor das hipóteses, o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente, do desenvolvimento; de que o crescimento pode subentender processos cujas recaídas sociais estão longe de ser unívocas e das quais a análise quantitativa convencional não consegue, por si só, dar conta" (Sachs, 1986: 75).

A intervenção estatal com vista à satisfação das *necessidades sociais* e criação de infra-estruturas é de igual modo alvo de fortes críticas, por se considerar que tais políticas sociais não levaram à redução das situações de maior pobreza, pese embora terem funcionado como forma de legitimar o poder e a sua actuação política. De igual modo, as preocupações sociais passaram a associar-se às de natureza ecológica, por se considerar que o modelo de desenvolvimento preconizado não era ecologicamente sustentável, colocando em causa a biodiversidade, a renovação dos recursos e consumos energéticos, os requisitos tidos como necessários à sobrevivência humana por acção de agentes poluidores. O futuro das gerações vindouras começava a estar ameaçado.

O progresso já não é tido como um garante de melhores condições de vida para todos. E a persistência das desigualdades, à escala regional e mundial, evidenciou a necessidade de uma transição conceptual sobre a promoção do desenvolvimento para os tempos de crise económica (apelando a uma reestruturação das estratégias empresariais e à diferenciação dos factores de competitividade económica), e nos espaços da crise do desenvolvimento (ilustrações de uma época de crescimento económico acelerado cujos efeitos, de natureza social e espacial, não foram generalizáveis).

Contexto que impulsionou outras abordagens do desenvolvimento, as quais se distanciam das propostas difusionistas, e embora revelando uma perspectiva analítica comum têm vindo a ser sistematizadas sob três designações: "territorialista" (Friedmann e Weaver, 1979; Pecqueur, 1987; Henriques, 1990b); "*from below*" (Stöhr e Taylor, 1981) e "endógeno" (Grefe *et al*, 1986). Não obstante a ocorrência de divergências, que se centram privilegiadamente quer na construção do objecto quer nos contextos empíricos considerados à partida, entre elas existe convergência na conceptualização base das suas problematizações, especificamente no que concerne à noção de espaço a operacionalizar com vista à promoção do desenvolvimento. Pelo que este modelo conceptual do desenvolvimento é frequentemente denominado de paradigma territorialista.

Nesta óptica, o espaço surge como um "espaço vivido", sendo exponenciado na sua componente social enquanto que os recursos são todos aqueles que são mobilizáveis pelos actores. Deduzindo-se uma conceptualização espacial baseada nas especificidades das práticas dos actores e em que a análise regional pressupõe a existência de regiões sócio-culturais, pese embora a dimensão sócio-cultural da promoção do desenvolvimento regional ser tida como uma premissa de que na sua essência é resultante do novo paradigma do desenvolvimento, o que não acontece com todas as outras. Isto é, Friedmann e Weaver (1979) defendem que, no início do século XX, a primeira geração do planeamento regional nos EUA tinha como objectivos do desenvolvimento regional a descentralização das tomadas de decisão e a definição de regiões sócio-culturais. Revendo-se aqui uma certa continuidade entre as actuais orientações acerca da promoção territorialista do desenvolvimento e as que foram adoptadas no início do século anterior.

O que permite salientar que o desenvolvimento é concebido com uma maior complexidade e "riqueza" no designado paradigma territorialista, em comparação com a visão simplista e reducionista defendida pela corrente funcionalista.

Os estímulos de desenvolvimento são desencadeados por uma multiplicidade de factores, nomeadamente a mobilização integral dos recursos humanos, naturais e institucionais endógenos, associada a uma forte mobilização da população, assim como das suas estruturas políticas e sociais organizadas numa base territorial.

Os processos de desenvolvimento são tidos como únicos, pela especificidade inerente a cada caso e sua estruturação "a partir de «dentro» de cada sociedade territorialmente organizada a diferentes níveis, e sempre em relação estreita com as condições sociais, políticas e culturais específicas de uma situação histórica concreta" (Henriques, 1990: 59).

Está-se perante uma visão mais integrada, diferenciada e territorializada do processo de desenvolvimento local, e que apela à não separação das três dimensões humanas fundamentais: a individual, a colectiva e a ambiental.

A necessidade de integração territorial do desenvolvimento, sem escamotear a importância da sua coerência com as orientações de índole nacional, sugere o estabelecimento de sinergias entre todas as possibilidades existentes a nível local, em particular as que resultam da proximidade dos agentes sociais e económicos com o objectivo de dar origem a uma rede de solidariedade activa e geradora de dinâmicas de desenvolvimento. É nesta lógica que se reconhece uma certa autonomia das colectividades locais nos processos de desenvolvimento, as quais são tidas como lugares de reflexão, de análise, de animação e de mobilização das capacidades locais. Em complemento, esta abordagem centra-se na ideia de que é de extrema importância possibilitar a criação de alternativas de vida às categorias populacionais mais excluídas e marginalizadas.

A lógica funcional, muito centralista e selectiva, fortemente criticada nos últimos anos tem sido progressivamente substituída pela cada vez mais consolidada lógica territorial, apresentando-se esta mais integradora e aberta à participação directa das populações na resolução dos seus problemas.

Trata-se de uma reacção por parte das populações locais às ameaças exteriores, o que pode pressupor que a lógica da integração funcional a nível mundial dê lugar à lógica de «autarcia regional selectiva», de acordo com Clyde Weaver: com o objectivo de evitar os constrangimentos exógenos ou exteriores remete para a problemática do desenvolvimento estrategicamente centrada sobre uma só região.

Porém qualquer processo de desenvolvimento deve pressupor a ligação da mobilização integral dos recursos locais e as lógicas da globalização e da desterritorialização das economias. A oposição entre estas duas lógicas é tida como uma utopia, como demonstraram Friedmann e Weaver (1978), e independentemente de algum pragmatismo que daí se possa retirar está-se perante uma perspectiva analítica francamente redutora e limitada, comportando alguns riscos designadamente quando as acções são estabelecidas de forma desarticulada com a política global de desenvolvimento.

A promoção do desenvolvimento baseada na dialéctica das políticas de nível central e local tem sido frequentemente referida tendo por base a utilização do neologismo «glocal». Ou seja, a articulação dos movimentos ascendentes e descendentes deve estar contemplada nas políticas regionais de desenvolvimento, ao apoiar e valorizar as políticas de âmbito central com as dinâmicas de desenvolvimento local e simultaneamente estas últimas terem em conta as orientações estratégicas de desenvolvimento económico e das políticas sectoriais ou plurisectoriais, sem que a descentralização ou subsidiariedade seja colocada em causa.

"Assim, um espaço será cada vez mais território quanto mais ele souber articular o local com o global, ser dinâmico e cultivar a mobilidade, estabelecer alianças estratégicas com outros territórios através das quais se torne capaz de endogeneizar factores (e entre eles o não menos importante é a tecnologia), bens, serviços, organização, etc. Um espaço será cada vez mais território quanto mais souber criar e determinar densidade (rede) nas suas relações com os outros territórios e não apenas no seu interior, valorizar a sua cultura, incluindo a sua cultura técnica, não como barreira ao diálogo com outros espaços e outras culturas, mas precisamente como elemento positivo e valorizador das suas especificidades, endogeneizando o que de positivo souber encontrar nos vários elementos componentes da rede" (Alves, s.d.: 25).

O que permite concluir que em contraposição à perspectiva funcionalista do desenvolvimento, na qual se privilegia a *função* em detrimento do *território*, o paradigma territorialista pretender atingir o equilíbrio entre estas duas noções, uma vez que, e na óptica de José Reis (s.d.), *as territorialidades são potenciais de relacionamento aberto ao exterior*.

Assim sendo, e actualmente, a lógica territorial denota uma maior importância na definição de uma política de desenvolvimento onde a dimensão local ocupa cada vez mais uma posição de destaque. Este modelo alternativo do desenvolvimento influencia em muito o que é o desenvolvimento local, mas não se esgota nele. "A nova ideia de desenvolvimento gera o desenvolvimento local quando se reúne, pela via da consciencialização ambiental e, ou, pela via do reforço da participação democrática à revalorização dos recursos sócio-culturais locais" (ESDIME, 1997: 99).

O desenvolvimento centrado nas pessoas preconiza o reconhecimento e a valorização das relações sócio-culturais que se estabelecem entre a população que habita determinado território, com vista ao aumento global do seu bem-estar. Segundo Simões Lopes (1989) ninguém conhece melhor os problemas do que aqueles que os sofrem, assim como as soluções mais adequadas para que sejam ultrapassados; o empenho e a motivação necessária para a resolução dos problemas podem ser mais facilmente estimulados por aqueles que os sentem; e a complexidade dos problemas implica uma forte mobilização dos recursos endógenos, embora possam não ser suficientes são a base determinante do sucesso desta lógica.

Deste modo, os processos de desenvolvimento local têm como pedra angular as pessoas dado que a diferenciação entre si radica não tanto na natureza dos recursos materiais disponíveis como nas capacidades dos agentes locais ou exteriores que podem aproveitar esses recursos de forma diferenciada. E é este potencial de diferenciação que se considera como sendo a principal vantagem competitiva de um processo de desenvolvimento local. O partenariado surge, com frequência, como o reforço das capacidades locais embora no início das acções de desenvolvimento local a relação de cooperação não exista ou é muito incipiente.

A melhoria das condições de vida e a participação das pessoas é o principal indicador do desenvolvimento local, pelo que este emerge como um método de intervenção sobre os territórios mais penalizados a nível de desenvolvimento, nomeadamente periferias urbanas degradadas, zonas rurais desfavorecidas e áreas do mundo empobrecidas.

"O desenvolvimento local é essencialmente um método de acção para a promoção da inserção de zonas desfavorecidas e marginalizadas no conjunto da sociedade em que existem. É, portanto, necessária a articulação entre mecanismos de desenvolvimento ascendentes e descendentes, entre actores locais e actores exteriores, entre o local e o nível nacional, incluindo o Estado. (...) O desenvolvimento local não resulta de uma diferenciação por oposição à integração global, mas de uma *diferenciação como estratégia de inserção e de abertura a essa integração global*, como estratégia de recolocação desse território na relação entre territórios com características distintas" (ESDIME, 1997: 115 e 116).

Conceptualização que, frequentemente, transforma o desenvolvimento local num movimento voluntarista de promoção do mesmo e simultaneamente de experimentação de uma alternativa de sociedade. Pese embora a existência de premissas divergentes, são comuns as práticas de muitos agentes de desenvolvimento local baseadas no conhecimento das características locais e com vista à mobilização de actores locais e desenvolvimento de parcerias.

As Associações de Desenvolvimento Local (ADL's)¹⁰ surgem como actores privilegiados em qualquer processo de desenvolvimento local, e, como organizações cívicas intervenientes, vocacionadas para catalizar o pulsar de uma comunidade, estão inseridas num contexto que coloca desafios longe de se poderem considerar facilmente ultrapassáveis.

¹⁰ Que podem ser definidas como "Entidades não governamentais de interesse geral, que trabalham em meios desfavorecidos, com uma lógica de intervenção global e territorial, e que apostam na valorização dos recursos localmente disponíveis, na capacidade de atracção de pessoas e investimentos, no estabelecimento de parcerias multi-sectoriais e na criação de redes intra-locais para promover estratégias de desenvolvimento" (Candeias, 2002: 19)

3. A INSERÇÃO DAS ADL'S NO DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS

As ADL's surgem então como um dos actores vocacionados para dar resposta aos problemas surgidos ou agravados nos territórios onde grassavam situações de desemprego, reduzida actividade económica e êxodo demográfico.

Formadas a partir de iniciativas desencadeadas exclusivamente por residentes no próprio território, ou com o contributo de pessoas provenientes de outras localidades, as ADL's constituíram-se geralmente com o objectivo de assegurar o desenvolvimento de zonas rurais com décadas de declínio, procurando criar condições que fomentassem uma atitude colectiva e individual de empreendimento e que gerassem e disseminassem a inovação, nomeadamente ao nível das atitudes, das organizações e das tecnologias (ESDIME, 1998).

Num contexto que exigia este tipo de intervenção foram assim surgindo várias ADL's¹¹ que iniciaram um trabalho de diagnóstico, de mobilização e fomento da participação das populações na discussão das acções adequadas à resolução dos problemas e necessidades identificadas, ao que se seguiu a elaboração do Plano de Acção e subsequente intervenção no terreno (ESDIME, 1998), e que se erigiram como uma forma de organização que se especializou na animação de pequenas comunidades, sobretudo rurais, ajudando os serviços públicos a superar ineficiências próprias e a minimizar os efeitos do abandono a que votou alguns territórios (Candeias, 2002: 43).

Rapidamente constataram os responsáveis por essas Associações que a cooperação entre elas se apresentava como uma necessidade incontornável, pelo que surgiram as primeiras Associações de ADL's. Hoje depara-se-nos assim uma situação diversificada, pois existem associações aos níveis nacional (a ANIMAR),¹² regional (Ideia Alentejo),¹³ e sub-regional/ intermunicipal (Monte).¹⁴

Estas organizações de primeiro, segundo e terceiro nível proporcionam às ADL's suas associadas, segundo um dos autores que temos vindo a seguir (Candeias, 2000), apoio na concretização das seguintes motivações:

- Reforço das competências locais para o desenvolvimento;
- Procura de soluções para as necessidades gerais de desenvolvimento local;
- Participação nos processos de desenvolvimento local;
- Congregação de esforços para o desenvolvimento local.

¹¹ Constituídas por promotores colectivos e/ou individuais, pelo que se pode dizer que "Há dois tipos de ADL's, as militantes e as institucionais, terminologia adoptada pelos dirigentes associativos. As primeiras foram criadas por pessoas singulares empenhadas nos processos de desenvolvimento local, e, maioritariamente, são por elas dirigidas; as segundas, resultaram de parcerias entre entidades colectivas para acederem a programas comunitários e, frequentemente, são dirigidas por figuras políticas locais. No Alentejo predominam as ADL's militantes." (Candeias, 2002: 47).

¹² Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio Rural (ANIMAR), fundada em 1993, é um projecto para uma cidadania activa. A Animar (<http://www.animar-dl.pt>) é portanto uma rede nacional constituída por cerca de 70 organizações e 107 cidadãos motivados para a causa do desenvolvimento local.

¹³ IDEIA Alentejo – Associação para a Inovação e Desenvolvimento do Alentejo, que integra 36 ADL's.

¹⁴ Que se reveste na forma de um Agrupamento Complementar de Empresas e é formado pelas 4 seguintes ADL's: i) Aliende; ii) Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz (ADIM); iii) Associação de Desenvolvimento Montes Claros (ADMC); e iv) Trilho (Associação para o Desenvolvimento Rural).

No quadro destas motivações o mesmo autor sublinha que as ADL's realizam actividades que se traduzem em: "identificação de gente com iniciativa; prestação de centros de estudos, seminários, feiras e edição de publicações; promoção e comercialização de produtos; apoio à formação de associações locais e intercâmbios europeus", pelo que as áreas de trabalho das ADL's são geralmente as seguintes: económica, social, cultura e património, educação e valorização pessoal/profissional, informação, assistência técnica. No entanto dentro destas actividades os sectores/actividades a que as ADL's têm dado mais atenção são os seguintes: economia/desenvolvimento rural e actividades tradicionais,¹⁵ educação e formação profissional.¹⁶ Ainda com alguma expressão figuram o social, cultura e património, assistência técnica e prestação de serviços, promoção da intervenção cívica (Candeias, 2000 e ESDIME, 1998).

No cômputo de todas as actividades genéricas acima referidas destacam-se porém as sub-actividades que clarificam as prioridades das associações abrangidas pelo estudo:

- artesanato e produtos locais;
- iniciativas de animação cultural;
- criação/sustentação de emprego;
- promoção dos valores culturais/saberes tradicionais;
- realização de estudos e investigação;
- assessorias/prestação de serviços a outras entidades;
- turismo;
- criação / animação de infra estruturas sociais;
- gestão de programas comunitários;
- detecção local / encaminhamento de casos problema;
- promoção / divulgação do local e da região.

Como facilmente se depreende, para que fosse possível concretizar uma intervenção com a amplitude referida, levada a cabo num ambiente complexo enfrentado pelas ADL's exigiu-se aos seus efectivos e dirigentes entretanto um trabalho absorvente e uma dedicação requerida para fazer face às exigências o que implicou que nas ADL's tenha sido sentida a necessidade de profissionalizar os seus serviços, devido às exigências técnicas que enfrentam e à crescente diversidade, complexidade e abrangência dos projectos em que estão envolvidas.

¹⁵ Nesta área destacam-se: o Artesanato e Produtos Locais, Turismo, Agricultura e Desenvolvimento Rural e Investimento na Criação/Modernização de Empresas.

¹⁶ Aqui assumem relevância as Actividades de Tempos Livres e Ocupacionais, Ensino Recorrente/Combate ao Analfabetismo e Formação Profissional.

4. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ALENTEJO

Considerada como uma das regiões mais pobres da União Europeia, onde predominam serviços não comercializáveis e os serviços de apoio ao consumo, falar do Alentejo é falar, como sabemos, de uma das regiões mais extensas de Portugal, é reflectir sobre os contornos sociais, económicos, políticos e ambientais, resultantes da multiplicidade de políticas de desenvolvimento que têm vindo a atravessar a área geográfica em causa.

São imensos os contributos que têm vindo a ser apresentados sobre o desenvolvimento do Alentejo.¹⁷ Porém, por muito que já tenha sido discutida essa problemática, repensar aqui a questão não é fácil, já que é um tema muitas vezes objecto de discursos inflamados para justificar determinadas opções político-económicas. Por um lado, situam-se os entusiastas de políticas globalizantes de viabilização socioeconómica, acreditando que os efeitos globais abririam oportunidades insuspeitas para o desenvolvimento local e regional. Por outro lado, moldado por um certo voluntarismo e perspectivas eco-sustentáveis do “pensar global e agir local”, assistimos a tentativas de viabilização das energias territoriais para nivelar os limites críticos de sobrevivência e para afirmar a diferença num mundo cada vez mais globalizado.

Em síntese, o estado de sub desenvolvimento do Alentejo é a clara consequência do peso da concentração no litoral das actividades económicas e das populações. De qualquer modo, reflectir sobre o desenvolvimento do Alentejo é abordar uma problemática pertinente que, nos últimos anos, atingiu um valor directamente proporcional ao estado de desertificação humana e de crise sócio-económica a que chegou a Região.

Do ponto de vista administrativo, o Alentejo compreende 47 concelhos, situados nos distritos de Portalegre, Évora, Beja, e na parte sul do distrito de Setúbal. Constitui ainda uma das cinco regiões (NUTS II ¹⁸) que formam o Continente português, e subdivide-se em quatro sub-regiões (NUTS III) como segue: o Alto Alentejo (5935 Km²), o Alentejo Central (7228 Km²), o Baixo Alentejo (8503 Km²) e o Alentejo Litoral (5264 Km²). Estendendo-se, assim, por 26930 Km², o que corresponde a cerca de 1/3 da área do Continente português, é caracterizada por uma peneplanície levemente ondulada; cerca de 87% da Região situa-se a uma altitude média inferior a 300 m, no seio da qual se sobressaem a paisagem da Serra de S. Mamede (1025 m), da Serra d'Ossa (650 m) e da Serra de Ficalho (518 m).¹⁹

Beneficiando de uma clima temperado, de feição mediterrânica e continental, o Alentejo é caracterizado por Invernos frios e chuvosos, com chuvas

¹⁷ Para além das publicações referenciadas na Bibliografia, de outras publicações apresentadas por diversas Organizações (Privadas, Públicas e Sem Fins Lucrativos), há ainda a salientar uma diversidade de textos apresentados nos Congressos sobre o Alentejo.

¹⁸ As siglas NUTS referem-se a "Nomenclature of Territorial Units for Statistics", estabelecida por Eurostat, e proporcionam uma desagregação das unidades territoriais. NUTS subdivide cada Estado membro da União Europeia em uma hierarquia de áreas administrativas cada vez menores: **NUTS I** (ex.: Länder na Alemanha, ZEAT na França); **NUTS II** (ex.: régions na França, Comunidades Autónomas na Espanha, regioni na Itália). Esta é a região administrativa básica, e **NUTS III** (ex.: Kreise na Alemanha, Départements na França, Nomoi na Grécia). Esta é a unidade territorial de nível administrativo inferior (departamentos, províncias ou distritos).

¹⁹ Porém a partir de 2002 e de acordo “com o Decreto-Lei nº 244/2002, de 5 de Novembro, a delimitação das NUTS II Alentejo, Centro, Lisboa e Vale do Tejo ... foram alteradas em relação à delimitação que tinham quando foram publicados os resultados preliminares e provisórios de 2001” (INE, 2002). Em conformidade, a NUTS III, Lezíria do Tejo (que compreende 11 concelhos), fica integrada na NUTS II Alentejo, região que passou assim a ser constituída por 5 NUTS III e 58 concelhos

predominantemente no Outono e Primavera, e por verões quentes e secos, cuja temperatura máxima chega a ultrapassar os 40° C. Trata-se de uma condição climática que, associada às características de acidez, má drenagem e baixo teor em matéria orgânica de um solo essencialmente formado por xistos, arenais, calcários, rochas sedimentares, e, numa pequena área, a partir do granito, condiciona a capacidade produtiva dos solos.

Sob o ponto de vista hidrográfico, os rios Guadiana, Sado, Mira, Sorraia e Caia, são os principais cursos de água da região Alentejo, aos quais se juntam pequenos cursos de água seus afluentes. Segundo Marcos Santos (1998), apenas um terço de água de superfície é aproveitada de forma regular no Alentejo. Efectivamente, apesar da existência de um conjunto de barragens construídas predominantemente por iniciativa do poder central (Divor, Vigia e Lucefecit, Mira Campilhas e Alto Sado, Caia, Vale do Sorraia, Roxo, Odivelas, Vale do Sado, e recentemente o Enxoé, os Minutos e o Alqueva), continua o quase total desaproveitamento dos recursos superficiais da bacia do Guadiana, pelo que o Alentejo é a única bacia hidrográfica do país que regista um saldo negativo das disponibilidades de água face às utilizações. É pelas razões expostas que é possível afirmar que o Alentejo dispõe potencialmente de recursos hídricos suficientes para satisfazer a procura, mas como não são suficientemente armazenados, não estão disponíveis.

Caracterizando-se por uma reduzida capilaridade social, dotada de um diminuto quantitativo (absoluto e relativo) nos estratos socioprofissionais mais qualificados, a Região Alentejo é marcada por expressivas assimetrias intra-regionais. A nível agrícola é caracterizada pelo sistema extensivo da monocultura, pela predominância de cereais, e pela prevalência das explorações de grande e média dimensão. A agricultura, a produção pecuária e florestal, a extracção de rochas ornamentais e industriais, a extracção de minérios metálicos e produtos minerais não metálicos, a transformação agro-industrial, a transformação de produtos da floresta, a construção metalomecânica, a petroquímica e a indústria química, e ainda os serviços, encontram-se entre os principais sub-sectoros produtivos da região. Na verdade, entre 1995 a 1998, o peso das contas regionais no conjunto do nacional é reduzido e apresenta-se, de certa forma, desfavorável para o Alentejo. Não detendo o VAB regional valores elevados, é obvio que o emprego não apresenta níveis de produtividade muito elevados, situando-se, em 1998, na ordem de 4,3% do VAB nacional. De notar ainda que, em 2001, segundo fontes do INE (2002), a percentagem da população empregada na região é baixa (4,4%) no conjunto dos empregados no País.

Em termos demográficos a estrutura da população é duplamente envelhecida, com tendência para a rarefacção humana. Em conformidade com os diferentes censos, nas últimas quatro décadas houve uma perda substancial do tecido demográfico no Alentejo. Ainda, hoje, se reflectem os resultados de tal situação. Segundo os censos provisórios de 2001, os efectivos populacionais do Alentejo situam-se na actualidade na ordem dos 535507 indivíduos. Portanto duplamente envelhecida, reduzida e em decréscimo, assim se pode classificar a população do Alentejo, que em 2001 representa cerca de 5% do total da população do continente, enquanto em 1950 representava cerca de 10% da mesma população.

Articulada com uma quase desertificação biofísica, a base económica encontra-se debilitada, estando essencialmente especializada em actividades utilizadoras de recursos naturais, situadas muito a montante da cadeia de transformação, o que implica uma diminuta capacidade de gerar efeitos multiplicadores endogeneizáveis. Trata-se de um conjunto de condicionantes, que segundo M. Santos (1998) contribuem para explicar o grau de debilidade de desenvolvimento, o estado do

ordenamento do território, a qualidade do ambiente e a qualidade de vida que se observam na Região.

Segundo a CCRA, «a qualidade das águas doces superficiais armazenadas em albufeiras é considerada boa, enquanto a água das bacias hidrográficas se encontra pouco poluída ou medianamente poluída, encontrando-se muito poluída a bacia hidrográfica da ribeira do Roxo, devido à actividade mineira de Aljustrel. Quanto à qualidade das águas subterrâneas, a situação é pouco conhecida. No que se refere às águas balneares, registam valores de coliformes totais muito inferiores aos máximos recomendáveis, o que denota uma boa qualidade da água do mar das praias da costa alentejana» (M. Santos, 1998: 185).

Ainda, sob o ponto de vista do ambiente e do património natural, estes estão razoavelmente preservados no Alentejo, apesar de já se detectarem algumas agressões significativas, afirmação sustentada quando se toma como termo de comparação o restante território do Continente. Prende-se esta situação com a diminuta implantação de grandes núcleos industriais (à excepção do Complexo de Sines e de áreas mineiras como Aljustrel e Castro Verde e da zona dos mármore do Alto Alentejo).

No que se refere à qualidade do ar na Região Alentejo, ela pode ser considerada boa, embora ocorram na atmosfera concentrações de alguns poluentes específicos provenientes da queima de combustíveis em veículos motorizados, e, em alguns locais, oriundos da indústria transformadora, da indústria extractiva, nomeadamente nos concelhos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, devido ao aumento do número de unidades transformadoras que trouxeram um acréscimo no volume de lamas acumuladas, resultantes da serragem e do polimento de mármore.

Salientamos ainda que a diminuição progressiva do coberto arbóreo e o encharcamento de áreas cada vez maiores, aliada a uma constante erosão dos solos, motivada pelo alargamento da cultura extensiva e de mais práticas culturais agrícolas inadequadas, como por exemplo a campanha do trigo lançada nos anos 30, contribuíram para o depauperamento e para um maior enfraquecimento do solo. Uma outra situação tem vindo a afectar gravemente a qualidade paisagística. Trata-se da pressão urbanística que não tem parado de crescer, cujo desordenamento urbanístico mais visível situa-se em todo o litoral, desde Tróia até à Zambujeira. Estes são, por sua vez, os principais problemas de ambiente que ocorrem no interior, relacionados minimamente com a desertificação física e a erosão dos solos, constituindo já aspectos visíveis da desertificação crescente que afectam o ambiente e o património natural.

Apesar do espaço social do Alentejo, à semelhança dos outros espaços periféricos, ter vindo a conhecer, durante décadas, profundas mutações de ordem diversa, entre as quais se destacam as derivadas da crescente assimilação do modo de vida urbano pela comunidade rural e a acentuação da interdependência das actividades agrícolas com outros sectores de actividades, em termos de condições de vida o Alentejo é ainda uma das regiões mais desfavorecidas no contexto do continente. Na década de 90, um quarto da população não tinha "duche" na sua residência, 65 por cento não tinha telefone, 10 por cento não tinha cozinha, 15 por cento não tinha instalações sanitárias, e 65 por cento não possuía automóvel. Por outro lado, na segunda metade da última década, os alentejanos eram os portugueses atingidos pelo nível de vida mais baixo do país, cifrando-se o seu rendimento médio familiar nos 23,7%, valor francamente abaixo da média nacional e europeia (CCRA, 2000; M. Santos, 1998).

No que se refere às redes de comunicação e transportes, o Alentejo encontra-se satisfatoriamente equipado em termos do número de estações de correio por concelho. A deterioração de parte da rede viária, a inexistência de algumas ligações com interesse sub-regional e desadequação dos serviços prestados pelo transporte ferroviário, constitui o panorama negativo no âmbito das infra-estruturas de transportes. Quanto às infra-estruturas portuárias, o facto do importante porto de Sines (graneleiro ligado à petroquímica) continuar ainda privado de um cais de carga geral, tem originado que as mercadorias produzidas ou transformadas e consumidas na região sejam descarregadas ou embarcadas noutros portos, nomeadamente o de Setúbal.

Em termos de infra-estruturas e equipamentos sociais, são ainda insuficientes as infra-estruturas no âmbito da investigação, ciência e tecnologia no Alentejo. A Universidade de Évora e os Institutos Politécnicos de Beja e Portalegre constituem os principais suportes do sistema científico e tecnológico regional, aos quais há a juntar o Laboratório de Investigação Veterinária de Évora e a Estação Nacional de Melhoramento de Plantas de Elvas, instituições tuteladas pelo Estado. No sector privado verifica-se a inexistência de empresas com alguma actividade de investigação e desenvolvimento.

Quanto aos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário, o parque escolar e condições de ensino encontram-se relativamente degradados. Veja-se por exemplo que, no I ciclo do Ensino Básico, um número significativo não tem aquecimento, nem dispõe de recreio coberto, e uma grande percentagem não possui salas de apoio e complemento oficial.

No que se refere ao ensino respeitante aos restantes ciclos do ensino, e nomeadamente ao ensino secundário, este tende a concentrar-se nas sedes de concelho, e as escolas acusam nestes casos situações de ruptura, pois muitas vezes têm de recorrer a um regime de funcionamento duplo ou triplo, face ao excesso de alunos encaminhados para esses estabelecimentos.

Razoavelmente apetrechada no que se refere ao ensino profissional (cuja expansão foi notória nos últimos 10 anos), a Região conta com mais de 20 escolas profissionais o que a coloca sensivelmente perto da média nacional. Situação que já não se verifica com o ensino artístico, pois o número de estabelecimentos não só é reduzido em três das sub-regiões, como é nulo no Alentejo Litoral.

Em relação ao ensino superior, os estabelecimentos são satisfatórios, tal como o resto do país, pois cada um dos três distritos acolhe uma instituição pública (Universidade em Évora, e Politécnico em Beja e Portalegre), para além de duas instituições privadas em Beja.

No ano lectivo de 1999/2000, encontravam-se matriculados um total de 59707 alunos nos três ciclos de ensino básico. No lectivo seguinte, 2000/2001, o número de alunos desceu para 57608. No ensino secundário (público e privado) encontravam-se matriculados 20396 alunos no ano de 1999/2000, sendo de 18388. No ano de 1999/2000, um total de 2574 alunos estavam inscritos nas escolas profissionais, sendo os inscritos no ano de 2000/2001 de 2739. No ensino superior público matricularam-se, no ano de 1999/2000, 13840 alunos, encontrando-se ainda no sector privado 1220 alunos. No ano lectivo seguinte, estavam inscritos 15328 alunos no ensino superior público, e 1121 no privado.

No que concerne à situação referente às infra-estruturas para serviços prestadores de cuidados de saúde do SNS, a cobertura é razoavelmente satisfatória, apesar dos indicadores oficiais apresentarem, em 1998, um índice de 4 camas por mil habitantes,

situação que encobre as disparidades inter-regionais, nomeadamente no que se refere às questões de acessibilidade. Quanto aos recursos humanos em saúde, sabe-se que em 2000, existia 1,5 médicos e 3,2 enfermeiros por mil habitantes. Sob o ponto de vista de consumo nos serviços verificou-se, em 1999, 411 consultas hospitalares e 2905 consultas nos centros de saúde por mil habitantes.

Outros indicadores regionais sugerem que o estado da saúde no Alentejo é satisfatório, revelando uma taxa média de mortalidade infantil, entre 1995 e 1999, na ordem dos 5,5%. Entre 1994 e 1999, assinalam-se como principais causas de morte as doenças cérebro-vasculares e o enfarte agudo do miocárdio.

Em termos de outros equipamentos sociais, verificamos que no ano de 1999 existiam na Região 144 bibliotecas, 25 cinemas, 116 creches, 111 estabelecimentos de tempos livres, 200 de apoio domiciliário, 200 centros de dia e 141 lares de idosos.

Hoje, apesar da importância de alguns investimentos efectuados na Região e que trouxeram algumas modificações no domínio das infra-estruturas e equipamentos sociais, existem muitas questões que devem ser repensadas. Sem pretender radicalizar a análise e estigmatizar uma leitura pela negativa das acções desenvolvimentistas que se têm vindo a verificar, nas últimas décadas, no Alentejo, entendemos que subsistem a nível regional um conjunto de pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades que influenciam o grau de dinâmica da região.

Quadro 1 – Pontos fortes e fracos do Alentejo

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Homogeneidade territorial, com características singulares de identidade da comunidade alentejana ✓ Disponibilidade de mão-de-obra para ocupação de tarefas em diversas actividades económicas nomeadamente nos serviços ✓ Disponibilidade de espaço para a implantação de empresas ✓ Existência de condições para diversificação qualitativa da base económica regional ✓ Existência de experiências positivas no âmbito do desenvolvimento local ✓ Existência de recursos naturais e ambientais de qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reduzida capacidade empresarial e baixo espírito de risco ✓ Carência de infra-estruturas e equipamentos sociais, mas solucionáveis a curto e médio prazo ✓ Baixa qualificação dos recursos humanos, mas solucionável a médio-longo prazo ✓ Perda de competitividade das produções tradicionais (rochas ornamentais, produtos agrícolas e turismo), mas solucionável a curto e médio prazo com apoios institucionais e fundos estruturais ✓ Insuficiente capacidade de resposta à agressividade da concorrência dos produtos nacionais, da UE e transfronteiriça ✓ Insuficiente capacidade de resposta aos efeitos polarizadores exercidos pelos centros urbanos das capitais de distrito, da AML, do litoral algarvio e de Espanha

Fonte: CCRA, 1994; Santos, 1997

Segundo alguns autores (Silva, 1997; Santos, 1997 e outros), o Alentejo corresponde na actualidade a um verdadeiro *puzzle* de “concentrados de problemas” que convergem para múltiplas situações de colapso social e económico. Trata-se de “territórios problema”, moldados por processos seculares de pobreza, e que constituem uma questão crucial em termos civilizacionais. É óbvio que a inversão deste movimento de colapso não é linear. São sobejamente conhecidos os constrangimentos de ordem diversa que afectam as zonas do interior. A descrença da acção política, a baixa auto-estima colectiva como consequência do isolamento, as perdas demográficas, a ausência de perspectivas de emprego, etc. representam barreiras a qualquer processo de intervenção. É contra esta tendência de distanciamento, e é contra esta lógica de subalternidade face aos sectores ditos mais “desenvolvidos” que se justifica o reforço do investimento no “interior” para criar uma nova cultura desenvolvimentista que permita gerar novas condições de inversão face aos problemas que teimam em persistir.

Em suma, apesar da existência de algumas iniciativas regionais e locais, enquadradas em programas nacionais e comunitários, tendentes à melhoria das condições de vida social e económica da comunidade alentejana, à renovação do traçado das redes de comunicação e ao investimento em estabelecimentos de ensino superior universitário e politécnico, o certo é que diferentes estudos, nomeadamente os realizados pelas universidades e centros de investigação portugueses, assinalam que a Região não conseguiu ainda demonstrar adequada capacidade de resposta para alargar os seus horizontes de desenvolvimento equilibrado, integrado e sustentado, quer dos seus recursos naturais e patrimoniais, quer dos recursos humanos.

No âmbito deste quadro, o espaço rural do Alentejo evoluirá provavelmente segundo M. Santos (1997) como a seguir se descreve:

☛ **Hipótese genérica**

Estacionaridade económica. Desvitalização demográfica. Agravamento da dependência em relação aos centros urbanos. Reformulação de funções económicas. Assimilação dos modos de vida urbanos. Evolução ambivalente das condições objectivas da qualidade de vida, agravamento não generalizado das condições subjectivas da qualidade de vida, e estabilização ambiental.

☛ **Hipóteses específicas** (desagregação da hipótese geral)

• **No que se refere ao desenvolvimento e dinâmica sócio demográfica**

Agravamento reduzido da dependência funcional em relação às sedes de concelho e outros centros de influência superior.

Estabilização ou diminuição pouco acentuada de várias funções centrais e de unidades funcionais de carácter empresarial/privado.

Aumento reduzido ou estabilização de várias funções centrais e de unidades funcionais de carácter social/público.

Aumento expressivo da população não agrícola e diminuição absoluta dos trabalhadores agrícolas.

Desvitalização demográfica com agravamento acentuado do duplo envelhecimento.

Diminuição acentuada do rendimento dos agricultores em geral, e nomeadamente dos que habitam no meio rural.

Assimilação crescente da maneira de ser e de estar dos habitantes do espaço urbano.

Diminuição relativa do contributo para o Produto Interno Regional e para o Valor Acrescentado Bruto Regional.

- **Em termos de ordenamento do território e das actividades económicas, e padrões de povoamento**

Reordenamento medianamente expressivo das funções produtivas.

Diminuição reduzida do número de lugares com menos de 500 habitantes.

Estabilização do número de lugares com mais de 500 e menos de 2000 habitantes.

Aumento pouco relevante do número de pequenos e médios reservatórios construídos para armazenagem de água. Aumento do número dos grandes reservatórios.

Manutenção da geometria assimétrica da estrutura fundiária.

- **No que se prende com o ambiente e qualidade de vida**

Estabilização da situação ambiental.

Evolução ambivalente da Qualidade de Vida (com reduzida melhoria em vertentes predominantemente associadas ao sector público e sem fins lucrativos, e agravamento pouco expressivo em outras vertentes predominantemente associadas ao sector privado).

Manutenção do rendimento *per capita*.

Operando num espaço rural como o anteriormente descrito, as ADL's do Alentejo inserem-se assim, conforme referido anteriormente, numa região das mais pobres da União Europeia dos 15: onde predominam os serviços não comercializáveis e os serviços de apoio ao consumo; com reduzida capilaridade social; dotada de um diminuto quantitativo (absoluto e relativo) nos estratos sócio-profissionais mais qualificados.

Região onde se assinalam ainda expressivas assimetrias intra-regionais, com uma agricultura, caracterizada pelo sistema extensivo da monocultura, pela predominância de cereais, e pela prevalência das explorações de grande e média dimensão; duplamente envelhecida, com tendência para a rarefacção humana e desertificação biofísica; com uma base económica debilitada, essencialmente especializada em actividades utilizadoras de recursos naturais, situadas muito a montante da cadeia de transformação, o que implica uma diminuta capacidade de gerar efeitos multiplicadores endogeneizáveis.

Foi neste território marcado por um conjunto de características adversas que as quatro ADL's referidas no Resumo têm desenvolvido a sua actividade, da qual decorreram as experiências que vão ser relatadas no ponto seguinte.

Neste ponto procede-se à apresentação das ADL's que se encontram associadas às iniciativas que foram seleccionadas, e descreve-se os territórios onde se localiza as respectivas Zonas de Intervenção. Uma das quatro ADL's, a Associação de Defesa do Património de Mértola - ADPM, localiza-se numa área denominada por Margem Esquerda do Guadiana (MEG), e as três restantes, a Aliende, a Terras Dentro e a Trilho, localizam-se no distrito de Évora.

1. OS TERRITÓRIOS E OS ACTORES

1.1. A MARGEM ESQUERDA E A ADPM

a) A MARGEM ESQUERDA²⁰

- **Localização e dimensão**

A Margem Esquerda do Guadiana ocupa parte dos distritos de Beja (Baixo Alentejo) e Évora (Alentejo Central), numa mancha de 3380,12 km² entre os rios Guadiana e Chança e é constituída por 5 concelhos: Barrancos, Moura e Mourão a norte, Serpa ao centro e Mértola a sul, situados a sudeste de Portugal continental, na região Alentejo. Assiste-se nestes concelhos ao acentuar do fenómeno de desertificação, assim como ao duplo envelhecimento da população, apresentando um elevado número de idosos em comparação com um baixo número de jovens.

- **Caracterização Biofísica e Geomorfológica**

O clima da MEG é marcadamente mediterrânico com uma estação muito seca, bem acentuada, que coincide com o Verão. Estamos perante um clima semi-árido de Invernos frescos e sub húmido de Invernos temperados, sendo a quase totalidade deste território constituído por xistos e grauaques. Esta sub-região é dominada hidrograficamente pelo rio Guadiana, existindo ainda pequenos cursos de água com relativa importância na rede hidrográfica da Margem Esquerda. A rede hidrográfica desta sub-região caracteriza-se ainda pela fraca capacidade para a retenção de água. À excepção de uma mancha que ocupa aproximadamente ¼ da área da Margem Esquerda, toda a restante área é constituída por solos delgados, provenientes de xistos, com perfil cultural incipiente e reduzida capacidade produtiva. A conjugação da aridez do clima com a pobreza do solo desta sub área, conduz ao predomínio de sistemas cerealíferos muito extensivos.

Nos sistemas arbóreo-arbustivos verifica-se o predomínio da oliveira existindo também algumas manchas de vinha. A azinheira é a espécie por excelência do sistema florestal da MEG, no entanto existem nesta subárea (sudoeste do concelho de Moura e noroeste dos concelhos de serra e Mértola) manchas de eucaliptos com alguma importância.

²⁰ Embora conste nos estatutos da ADPM que a respectiva Zona de Intervenção se cinge ao concelho de Mértola, procede-se no entanto aqui a uma descrição da Margem Esquerda do Guadiana (MEG), porque as duas experiências adiante analisadas neste trabalho abrangem directa ou indirectamente outros concelhos dessa área.

Quanto à capacidade de uso do solo nesta região, podemos verificar que Barrancos, Mértola e Moura possuem na sua globalidade solos de baixa aptidão agrícola, portanto com nítida vocação florestal, em particular para espécies bem adaptadas a condições de extrema secura, como é o caso da azinheira. Porém Serpa e Moura possuem solos com aptidão agrícola, de onde lhe vêm inegáveis potencialidades para a agricultura.

• **Caracterização Demográfica**

Os concelhos em análise evidenciam um comportamento demográfico que reflecte globalmente as tendências características do Alentejo ao longo das últimas décadas. Esta área geográfica tem vindo a apresentar sucessivos refluxos populacionais, cuja persistência aponta claramente para um cenário de desertificação demográfica. Assiste-se a um fenómeno migratório, essencialmente para as regiões mais desenvolvidas do litoral, que, associado à quebra da natalidade, tem vindo a consolidar um contexto de decréscimo e envelhecimento da população residente.

Quadro 2 - População Residente (1960/70/81/91/01)

Ano Concelhos	1960	1970	1981	1991	2001
Barrancos	3429	2610	2157	2052	1924
Moura	29106	22215	19772	17549	16590
Mourão	5815	4480	3487	3273	3230
Serpa	32476	23950	20784	17915	16723
Mértola	26026	14385	11693	9805	8712

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População – 1960/70/81/91/01

Pode-se observar através do quadro em análise que o declínio demográfico é contínuo ao longo das várias décadas em todos os concelhos, apresentando-se particularmente gravoso durante a década de 70. Este decréscimo acentuado deve-se ao elevado movimento migratório verificado nesta época.

Se esta tendência se mantivesse, previa-se que a Margem Esquerda chegasse ao ano 2000 com 44845 habitantes e uma densidade demográfica de 11.8 habitantes por km², o que não se confirmou como se pode constatar no quadro seguinte.

Quadro 3 – População, Área e Densidade Populacional²¹

Área geográfica	Variáveis em análise População Residente	Área (km ²)	Densidade populacional
Portugal	10.356.117	89.045,1	113
Alentejo	535.753	27.323,8	19,3
MEG	47179	3804,0	12,2
Mourão	3230	277,7	11,5
Moura	16590	958,7	17,0

²¹ Os dados que constam neste quadro (com excepção dos que se referem a Portugal) foram transcritos sem correcções a partir do endereço que se indica seguidamente: <http://www.ine.pt/prodserv/pesqut/quadro2.asp>.

Barrancos	1924	168,4	11,2
Serpa	16723	1.106,5	14,8
Mértola	8712	1.292,7	6,6

Fonte para Portugal: INE, Censos definitivos, 2001

Podemos porém comprovar através dos valores apresentados, que a tendência para o declínio demográfico parece manter-se, seguindo a linha de decréscimo das 3 décadas anteriores.

Estamos portanto perante concelhos que apresentam uma estrutura demográfica duplamente envelhecida, onde se verifica uma forte redução dos grupos etários mais jovens conjugada com um aumento do peso da população idosa.

Assim, entre 1981 e 1991 os estratos etários mais jovens perderam importância enquanto o grupo dos idosos ganhou maior significado, verificando-se esta situação em todos os concelhos.

Quadro 4 - Distribuição da População segundo os Grupos de Idade (1981-2001)

(em %)

Conjuntos etários	Jovens (0-14)			Adultos (15-64)			Idosos (+64)		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Concelhos									
Barrancos	21,6	15,7	13,3	59,6	64,2	61,3	18,8	20,1	25,5
Moura	22,3	18,9	15,4	60,8	60,7	62,3	16,9	20,4	22,4
Mourão	22,3	19,8	16,3	59,6	59,2	60,2	18,1	21,0	23,5
Serpa	21,7	16,8	13,9	62,3	62,8	61,8	16,0	20,4	24,3
Mértola	19,2	15,3	11,5	58,5	57,9	56,1	22,3	26,8	32,4

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População – 1981/91, Censos definitivos, 2001

Em 1981 o número dos idosos só ultrapassa o dos jovens no concelho de Mértola, sendo até então o número daqueles inferior ao número destes nos restantes concelhos. A partir de 1991 esta situação já é claramente visível em todos os concelhos.

• Base económica e população activa

A base económica assenta numa organização económica tradicional, com significativo peso das actividades do mundo rural, estando na origem de um baixo grau de diversificação das oportunidades de emprego, limitadas aos postos de trabalho das explorações agrícolas, da construção civil, do pequeno comércio, da pequena indústria, e da administração pública, na área dos serviços de natureza social e da administração local. Prevalece um imobilismo nos vários sectores de actividade económica.

À semelhança do que sucede na generalidade das regiões do interior, as formas de exercício da iniciativa empresarial são insatisfatórias, quer pelos ramos de actividade em que se concentram (afastados da esfera produtiva), quer ainda, pela incapacidade de gerar novas iniciativas que possibilitem um quadro de incentivos de diferentes origens e que são propiciadoras ao investimento.

Os concelhos que fazem parte da Margem Esquerda do Guadiana apresentam um tecido socioeconómico bastante fragilizado, quer pelo reduzido dinamismo das actividades económicas que compreende, quer pelo nível global de qualificações de mão-de-obra que mobiliza.

A existência de avultados fluxos migratórios que afectam estes concelhos, tal como tivemos oportunidade de descrever anteriormente, conduzem à existência de taxas de actividade bastante baixas, assim como à existência de uma reduzida população em idade activa.

Os concelhos em análise apresentam assim, uma forte proximidade do ponto de vista dos traços caracterizadores do tecido socioeconómico, partilhando um imobilismo nos vários sectores de actividade e revelando vestígios de uma organização económica tradicional.

Quanto à população activa apresenta ligeiras oscilações de um ano para outro, aumentando nuns concelhos e diminuindo noutros. O aumento mais notório verifica-se no concelho de Barrancos.

Porém de uma forma geral a distribuição da população activa corresponde a uma economia rural, apresentando os concelhos da MEG uma maior representação no sector primário em comparação com o Alentejo e Baixo Alentejo, a par de um crescente peso do sector terciário, detendo o sector secundário uma fraca expressão, dado a reduzida capacidade para atrair investimentos.

O sector terciário tem vindo assim a assumir uma posição de destaque em relação às outras actividades, face à diminuição dos postos de trabalho na agricultura e à ausência de oferta de trabalho no sector secundário.

Quadro 5 - Evolução da Distribuição da População Activa por Sectores de Actividade Económica em 2001 - %

Sectores Áreas geográficas	Primário	Secundário	Terciário
Alentejo	12,9	26,1	61,0
Baixo Alentejo	14,9	22,7	62,4
MEG	19,6	25,2	55,2
Barrancos	10,7	19,7	69,6
Moura	19,8	28,0	52,2
Mourão	10,6	39,2	50,2
Sarpa	22,7	20,7	56,5
Mértola	18,9	23,5	57,6

Fonte: INE, Censos Definitivos, 2001

Assiste-se assim a uma quebra da importância do sector primário na ocupação da população residente dos concelhos da Margem Esquerda do Guadiana continuando, contudo, a deter uma importância significativa. Por sua vez, assiste-se também a uma terciarização da economia como resultado essencialmente de um aumento das actividades mais directamente relacionadas com o consumo, designadamente o comércio, bem como os serviços de apoio à população, em que se destacam as áreas da educação e da saúde, bem como da administração pública. O emprego em actividades relacionadas com o turismo tem também vindo, nestes concelhos, a registar uma importância crescente.

O sector terciário é assim o que mais postos de trabalho proporciona na região da MEG (55,2%), verificando-se a diminuição da importância do sector primário, o qual é responsável por 19.6% dos postos de trabalho da zona em análise.

Se considerarmos a percentagem de pessoas a trabalhar no sector primário como um índice de ruralidade, vemos que em alguns concelhos a ruralidade já não é muito acentuada. Serpa, Moura e Mértola são ainda assim os concelhos onde essa característica mais se acentua.

Relativamente ao sector secundário, a tendência de evolução aponta globalmente para um crescimento do peso das ocupações profissionais ligadas à construção civil, e para uma diminuição da importância do emprego na indústria transformadora.

Comparando com a região Alentejo, a zona da MEG demonstra maior dependência relativamente ao sector agrícola e o comércio, sendo menos representativas as empresas de construção/obras públicas e bancos/outras instituições financeiras.

Os dois ramos anteriormente referidos assumem um papel muito forte na estrutura empresarial e produtiva deste espaço geográfico. Em contrapartida a indústria tem um peso bastante reduzido, enquanto nos restantes sectores se salienta apenas o dos serviços prestados à colectividade e serviços pessoais.

Estamos perante uma estrutura produtiva formal que se concentra fortemente em pequenas unidades produtivas, que empregam um número reduzido de pessoal e que operam, sobretudo, para a satisfação de necessidades do mercado local.

Assiste-se assim a uma reduzida diversidade do tecido socioeconómico destes concelhos e conseqüentemente a um fraco potencial do mercado de emprego, constituindo-se estes elementos como fortes impulsionadores dos fluxos de saída de população.

Para complementar a caracterização efectuada, refira-se que esta zona se encontra num período de transição que passa pelo aproveitamento integral da Barragem do Alqueva. Este empreendimento implica a adopção de uma atitude estratégica na utilização dos recursos e no aproveitamento das potencialidades existentes na MEG. A Barragem do Alqueva possibilitará, entre outras condições favoráveis, uma garantia única da regularização das águas do Guadiana, atenuando significativamente os efeitos das secas prolongadas, nomeadamente nos afluentes deste rio; a constituição de uma reserva estratégica de água nesta sub-região profundamente carenciada deste recurso; a concretização de condições favoráveis a uma alteração do modelo cultural na agricultura, com a substituição progressiva das produções de sequeiro por culturas de regadio e pastagens, contribuindo simultaneamente para um aumento dos índices de produtividade e rentabilidade; a potencialização de um clima de expectativas empresariais fruto da diversificação das actividades agrícolas; a criação de um número significativo de postos de trabalho, combatendo o processo de desertificação humana desta região, etc..

À barragem de Alqueva junta-se a barragem de Enxóe, localizada no concelho de Serpa que aumenta a disponibilidade de água para a agricultura.

Quadro 6 – Pontos fracos e Pontos fortes da Margem Esquerda

	PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
RECURSOS PRODUTIVOS (em sentido lato)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Localização geográfica caracterizada pela periferia, interioridade e afastamento de centro urbano, com dimensão. ✓ Reduzida dotação de recursos naturais susceptíveis de transformação industrial. ✓ Declínio acentuado das actividades tradicionais pela evolução de condições edafo-climáticas e sobretudo, pela evolução dos mercados. ✓ Insuficiente valorização de mercado das produções locais com poder de diferenciação. ✓ Deficiente rede de comercialização dos produtos e da sub-região. ✓ Deficiente estado de conservação e enquadramento urbano do património histórico construído. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Condições edafo-climáticas para o desenvolvimento da silvo-pastorícia e da economia de montado. ✓ Procura crescente de produções locais em função da tipicidade e qualidade (p.ex.: vinhos, queijos, enchidos). ✓ Condições de sítio caracterizadas por uma grande riqueza paisagística e ambiental preservada. ✓ Riqueza do património histórico, arquitectónico e arqueológico com condições para integrar uma oferta de recursos turísticos de qualidade. ✓ Aproveitamento complementar das albufeiras na óptica do lazer e das actividades turísticas. ✓ Existência de factores de identidade cultural no contexto sub regional.
POTENCIAL HUMANO E EMPREGO	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Redução drástica da capacidade de rejuvenescimento da população. ✓ Fluxos migratórios elevados atingindo a população em idade activa. ✓ Vulnerabilidade e sazonalidade da reduzida capacidade de criação de empregos. ✓ Baixo grau de diversificação das oportunidades de emprego. ✓ Baixas expectativas de empregabilidade por parte dos jovens. ✓ Precariedade das formas de emprego com reflexos sobre a capacidade de fixação de competências profissionais em contexto de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sinais de regeneração demográfica nos concelhos mais populosos. ✓ Possibilidade de captar motivações de retorno de naturais da sub-região a trabalhar na Área Metropolitana de Lisboa, na dupla óptica de fixação de competências e de iniciativa empresarial. ✓ Expectativas de recuperação líquida de população activa, com origem na construção da barragem do Alqueva.

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Baixo nível de qualificação escolar e profissional da população empregada. ✓ Reduzida mobilidade inter-sectorial da mão-de-obra. 	
INICIATIVA EMPRESARIAL	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tecido empresarial sem dinamismo adequado ao aproveitamento das oportunidades de mercado e dos estímulos de apoio ao investimento produtivo. ✓ Fraco dinamismo dos novos investimentos na sub-região, associado a uma débil capacidade de inovação dos agentes económicos locais. ✓ Inexistência de empresas dotadas de dimensão e capacidade de acumulação que se constituam como unidades motoras de reestruturação e animação económica. ✓ Reduzida capacidade de interlocução e peso institucional das unidades de intermediação de interesses económicos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estruturação de redes de recolha e distribuição de produções tradicionais junto de mercados de grande consumo. ✓ Oportunidades derivadas do desenvolvimento da construção da barragem do Alqueva.
FORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Baixos níveis de instrução da população activa (empregada e desempregada). ✓ Escassa diversificação da oferta de formação escolar e profissional. ✓ Reduzido dinamismo da procura de qualificações por parte das empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Existência de equipamentos de formação escolar superior e de formação profissional localizados nos principais centros urbanos regionais com área de influência na sub-região. ✓ Receptividade dos jovens ao reforço da formação de base na sub-região. ✓ Sinais de articulação entre o tecido empresarial e o meio escolar.

Fonte: adaptado de CIDEC (1994): 104-105

b) A ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA

A ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola (info@adpm.netc.pt), é uma Instituição de Utilidade Pública Sem Fins Lucrativos, criada em 1980, com o objectivo de contribuir de forma activa para o desenvolvimento harmonioso do concelho de Mértola, sustentado na conservação, dinamização e valorização dos recursos locais, privilegiando o envolvimento da população local no processo de melhoria das condições e da qualidade de vida das comunidades, tendo sido

reconhecida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 2003, como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD).

Integrando um trabalho de desenvolvimento em curso desde os anos 70 e numa estratégia mais alargada de intervenção, protagonizada por diversas entidades locais, a ADPM concentrou os seus esforços, nos últimos 23 anos, fundamentalmente:

- ✓ **Estudo, salvaguarda e valorização dos valores ambientais** através da implementação de projectos de gestão sustentável dos recursos naturais e da realização de estudos científicos e acções práticas de conservação da natureza;
- ✓ **Promoção da educação ambiental** como um meio privilegiado de educar as populações locais, especialmente os mais jovens, na importância de participar activamente na melhoria das condições ambientais existentes, promovendo uma relação mais equilibrada entre o potencial natural presente e as comunidades locais;
- ✓ **Implementação de um processo de desenvolvimento integrado** que envolva diferentes agentes públicos e privados, individuais e colectivos, numa lógica de intervenção multisectorial que incentive o incremento e fortalecimento de um conjunto diversificado de actividades, respeitando a tradição e cultura secular da região (revitalização e valorização das actividades tradicionais e outras de carácter inovador adaptadas às condições e recursos existentes);
- ✓ **Valorização dos recursos humanos locais e incentivo à constituição de um tecido económico diversificado e empreendedor**, através da concretização de gabinetes técnicos de apoio e consultadoria, formação profissional e gestão empresarial.

Da necessidade de intervir em diferentes sectores que se consideraram essenciais no processo de desenvolvimento da região, foram-se definindo campos de trabalho diversificados (conservação da natureza, educação ambiental, formação profissional, integração social, desenvolvimento local e cooperação, produção biológica), que conseguiram aglutinar os esforços de uma equipa técnica multidisciplinar. Deste modo, a realização de estudos de investigação e de acções de monitorização dos valores ambientais mais sensíveis, a implementação de projectos demonstrativos na área da gestão sustentada dos recursos naturais, o apoio e revitalização das actividades e produções tradicionais, a aposta na dinamização de um turismo de qualidade, a diversificação do tecido empresarial local, o apoio às micro-empresas, a qualificação dos recursos humanos, a sensibilização de todos os actores locais, a formação e informação com vista ao incremento da participação cívica, são as grandes linhas de intervenção levadas a cabo pela ADPM.

As diferentes componentes e áreas de trabalho desenvolvidas obedeceram e respeitam sistematicamente uma abordagem de baixo para cima, mobilizadora de todos os agentes e actores activos, no sentido de promover a criação e aproveitamento de sinergias locais, regionais, nacionais e transnacionais, de acordo com as necessidades e especificidades territoriais, permitindo, assim, uma correcta implementação das acções experimentais.

Ao nível do trabalho em rede, a ADPM faz parte da rede Europeia Carrefour, enquanto que a nível nacional, pertence aos órgãos locais da IDEIA ALENTEJO (Conselho de Administração), ANIMAR (Assembleia Geral), Associação de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL), bem como está representada na Confederação das Associações de Defesa do Ambiente, nos Conselhos Cinegéticos de Mértola e Serpa, Conselho da Bacia do Guadiana, Conselho Consultivo do Parque Natural do Guadiana, participando ainda nos núcleos de análise de projectos dos Programas

LEADER's das Associações Terras do Baixo Guadiana e Alentejo XXI. É também membro fundador e sócio de diversas entidades como a Associação Terras do Baixo Guadiana, Associação Rota do Guadiana, Associação Entre Dois Rios, Associação de Deficientes do Conselho de Mértola.

1.2. O DISTRITO DE ÉVORA / ALENTEJO CENTRAL, A ALIENDE, A TERRAS DENTRO E A TRILHO

a) O DISTRITO DE ÉVORA

- **Localização e dimensão**

O Distrito de Évora / NUTE III Alentejo Central localiza-se a sul do Tejo e faz fronteira a Este com a Espanha (província da Extremadura), a sul com a NUTE III Baixo Alentejo / Distrito de Beja, a norte com a NUTE III Norte Alentejo / Distrito de Portalegre, a oeste com a NUTE III Alentejo Litoral, e ocupa uma superfície de 7228 Km², abrangendo 14 concelhos.

- **Caracterização Biofísica e Geomorfológica**

O relevo é caracterizado pela ocorrência de acidentes físicos de relativa importância que condicionam a ocupação e a acessibilidade e pela potencialidade do distrito influenciar positivamente a gestão dos recursos hídricos da região alentejana.

Quanto ao clima é caracterizado por factores que condicionam a agricultura, como: precipitações anuais modestas; temperaturas estivais que podem alcançar valores muito elevados; e períodos secos fortemente seguidos pela ocorrência regular de fortes chuvadas durante um reduzido número de meses.

Os solos do Alentejo Central apresentam uma constituição fortemente marcada por: extensas manchas que apresentam fortes condicionalismos a um uso produtivo directo; generalizado baixo teor em matéria orgânica; excessiva taxa de mineralização existente; boas condições para olival; significativas manchas de solo com fertilidade mediana e elevada na parte central do distrito; e também boas aptidões para pinhal e sobreiral

Esta NUTE III apresenta uma fraca disponibilidade de recursos hídricos subterrâneos; não aproveitamento da albufeira de Monte-Novo para regadio; falta de manutenção e limpeza dos leitos a que se junta a realização insuficiente de estudos específicos para avaliação das potencialidades reais dos diferentes aquíferos.

Por sua vez, como potencialidades há a referir a importância dos aquíferos livres confinados às bacias do Tejo e do Sado, e um maior aproveitamento dos caudais para abastecimento público.

- **Caracterização Demográfica**

Nesta sub-região pode constatar-se até 2001 uma generalizada rarefacção populacional (contrariada em 1970 e em 2001), com destaque para as áreas rurais, e uma continuada degradação da estrutura etária (ver Quadro 7). Apresenta no entanto um dinamismo demográfico ligeiramente superior ao da Região Alentejo e uma capacidade de retenção/ atracção populacional ao longo do eixo Vendas Novas – Évora.

Associado a estas variáveis verifica-se que o povoamento e a rede urbana apresentam problemas, tais como: fraca densidade populacional; desertificação de vastas áreas rurais; carácter rural do povoamento; e sub-dimensionamento demográfico e económico da cidade de Évora, enquanto centro de âmbito regional. Em contrapartida constata-se a existência das seguintes potencialidades: existência de uma rede urbana consolidada e regularmente distribuída; capacidade de atracção populacional; evolução positiva do grau de urbanização; fraca dependência do exterior relativamente à aquisição de bens e serviços; e importância da cidade de Évora a qual se situa no primeiro nível da hierarquia da rede urbana regional.

Quadro 7 – Evolução recente da população do Distrito de Évora / Alentejo Central

Ano	1991		2001	
	V. A	%	V. A	%
0 – 14	30.286	17,5	24.220	13,9
15 – 24	23.836	13,8	22.686	13,1
25 – 64	87.206	50,3	87.858	50,6
65 ou mais	31.888	18,4	38.882	22,4
TOTAL	173.216	100,0	173.646	100,0

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População – 1981/91 e Censos definitivos, 2001

- **Condições de vida**

O Ambiente, cuja qualidade é apontada como um dos aspectos mais positivos do Alentejo, apresenta no entanto debilidades tais como: desertificação biofísica; poluição nas bacias hidrográficas do Sado e Guadiana; efeitos nocivos provocados pela exploração de pedreiras; e inexistência de locais para deposição de resíduos tóxicos. Como potencialidades apresenta uma reduzida poluição atmosférica dos solos e aproveitamento de resíduos sólidos urbanos.

No que se refere ao parque habitacional apresenta como debilidades as seguintes: envelhecimento e fraca renovação; elevado número de habitações vagas nas áreas rurais e conseqüente degradação; coexistência de situações extremas relativamente à dimensão dos fogos; desequilíbrios no acesso às infra-estruturas de saneamento básico.

No entanto, como potencialidades são apontadas: quase inexistência de barracas e de famílias a partilhar alojamento; fraca percentagem de alojamentos superlotados; boas condições gerais de acesso a infra-estruturas básicas; e grande número de habitações vagas nas áreas rurais.

No âmbito da Educação / Saúde / Desporto têm sido recenseadas entre outras as seguintes debilidades: baixas taxas de cobertura em todos os graus de ensino; equipamento desportivo pouco especializado; baixa qualidade da maior parte dos equipamentos de desporto; insuficiente rede de equipamentos de apoio aos idosos, algumas insuficiências a nível dos cuidados primários de saúde; e insuficiente estrutura hospitalar actual. Por sua vez, e como potencialidades são apontadas: indicadores recentes de condições de saúde mais favoráveis que as médias do Alentejo; existência da Universidade quer enquanto equipamento de ensino e formação ao nível mais elevado quer e na generalidade como elementos potenciador do desenvolvimento regional; e uma área desportiva útil por habitante superior à média nacional.

- **Património e infra-estruturas**

O Património Natural e Paisagístico é caracterizado essencialmente por traços naturais e paisagísticos que potenciam o interesse para o turismo.

Já o Património Cultural que é bastante significativo apresenta as seguintes debilidades: riscos de descaracterização; diluição e degradação física; insuficiente divulgação e promoção; ausência de políticas orientadas para a recuperação do património; inoperacionalidade e desarticulação das entidades. Paralelamente há a referir as seguintes potencialidades: grande riqueza patrimonial; consciência da importância social e cultural do património; aproveitamento do património para fins didácticos; existência de centros de produção artesanal; revitalização de algumas indústrias tradicionais para aproveitamento na construção civil; e possibilidade de criação de boas condições de vida.

Relacionado com este panorama, a dinâmica cultural caracteriza-se por: sub-aproveitamento dos equipamentos existentes; actividade fraca e pouco diversificada das colectividades; falta de articulação e cooperação, desequilíbrio da qualidade e da quantidade de acções desenvolvidas na sub-região; falta de apoios; e carências de meios humanos e financeiros.

No âmbito das Comunicações e Transportes verifica-se como aspectos negativos: a fraca mobilidade geográfica da população residente; fluxos insignificantes de passageiros no modo de transporte ferroviário; e localização privilegiada para o desenvolvimento de infra-estruturas de nível regional, relativamente ao transporte de mercadorias.

No que se refere às infra-estruturas constata-se que as aeroportuárias revelam insuficiências em Évora para responder às solicitações da aviação agrícola e desportiva e como principal potencialidade as óptimas condições morfológicas, climáticas e locais. Já as portuárias apresentam deficientes equipamentos de apoio à actividade pesqueira nos núcleos de pesca existentes, insuficiência de equipamentos de apoio aos desportos náuticos de recreio no litoral e no Guadiana, reduzido aproveitamento na navegabilidade dos troços finais do Mira e do Guadiana para a náutica de recreio e turismo. Sobre as infra-estruturas de abastecimento, drenagem e tratamento de águas residuais, há a salientar a dificuldade em abastecer montes, a ainda insuficiente captação em barragens para abastecer vários municípios, a ausência do tratamento de esgotos em aglomerados, o lançamento de efluentes de lagares e matadouros nas redes urbanas sem tratamento, e como aspectos positivos as soluções de lagunagem favorecidas pelo clima, instalações e equipamentos de recolha, deposição e tratamento de resíduos sólidos.

- **Base económica e população activa**

A base económica do Alentejo Central tem conhecido nas últimas 4 décadas uma alteração significativa.

A agricultura, principal actividade económica até à década de 50, encontra-se hoje afectada por debilidades de entre as quais se destaca: baixos níveis de produtividade da terra e do trabalho; elevada concentração da terra; não regeneração do montado de sobro; população rural envelhecida e pressões para a desertificação humana no meio rural; explorações descapitalizadas e dependentes do património fundiário; reduzido grau de associação dos agricultores; e reduzidos recursos. Apresenta porém como potencialidades: dimensão média da propriedade; elevado nível de insolação e radiação; solos com capacidade para a produção; elevado potencial económico e ecológico; e produções vitivinícolas de qualidade

A indústria por sua vez aparece associada às seguintes características menos positivas: baixo grau de transformação interna das produções sub-regionais; predomínio dos estabelecimentos de pequena dimensão; fraca dinâmica empresarial; e impactos ambientais negativos de dimensão significativa. Como características positivas há a considerar: Núcleo Empresarial de Évora; tradição em indústrias artesanais com possibilidade de expansão; existência de incentivos ao investimento produtivo; reservas importantes de rochas ornamentais; e Parque Industrial e Tecnológico de Évora.

O subsector do comércio e serviços por sua vez é caracterizado por debilidades tais como: elevado nível de concentração dos estabelecimentos comerciais nos ramos alimentar e bebidas; défice relativo do comércio alimentar; baixos índices de consumo; aparelho comercial antiquado; pequena dimensão dos mercados municipais; e elevado grau de concentração espacial dos serviços ligados. Quanto aos traços positivos consistem na expansão da oferta comercial (Évora, Borba, Vila Viçosa), e na expansão de serviços ligados à agricultura.

Pela sua relevância no âmbito dos serviços, não se pode deixar de realçar a componente turística que caracteriza esta NUTE III, e que apresenta um elevado défice de estabelecimentos hoteleiros; uma forte predominância de visitantes relativamente ao número de turistas; baixos níveis de animação turística; imagem degradada de alguns concelhos com potencialidades turísticas; inexistência de equipamento de apoio a actividades complementares; fracos níveis de divulgação do potencial distrital; e insuficiente sensibilização dos operadores turísticos. Ao nível das potencialidades apresenta: condições para o desenvolvimento do turismo rural; agroturismo e eco-turismo; desenvolvimento de desportos náuticos e pesca em águas interiores; património construído; condições de incremento da cinegética; disponibilidade de incentivos financeiros; existência de termas; tradições artesanais importantes; riqueza gastronómica e vinícola; elevado nível de acessibilidade; e crescente adequação da oferta à procura mundial.

No que concerne à população activa do Alentejo Central, para além de ser envelhecida, apresenta outras debilidades como seja: elevada taxa de analfabetismo; mercado de trabalho reduzido e pouco diversificado; e mercado de emprego afectado negativamente pelo crescimento das disparidades intra e inter-regionais. Quanto às potencialidades consistem sobretudo numa reserva de mão-de-obra feminina significativa e num aumento global ainda que diminuto (43,8% em 1991 e 46,5% em 2001), concentrando-se sobretudo no sector terciário (não comercializável de apoio ao consumo)

Quadro 8 – Distribuição da população activa no Distrito de Évora / Alentejo Central

Sectores	Valores	Absolutos	%
Primário		9.104	12,1
Secundário		21.128	27,9
Terciário		45.491	60,0

Fonte: INE, Censos definitivos, 2001

De acordo com o exposto e de uma forma sucinta, a Zona de Intervenção em análise, o Alentejo Central, caracteriza-se pelos seguintes pontos fortes e pontos fracos.

Quadro 9 – Pontos fortes e pontos fracos do distrito de Évora / Alentejo Central

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Acessibilidade fácil à Área Metropolitana de Lisboa e a Espanha. ✓ Évora como Património mundial. ✓ Universidade de Évora. ✓ Funções regionais desempenhadas por Évora. ✓ Forte identidade sócio-cultural. ✓ Património cultural. ✓ Reservas de mármore e granito. ✓ Institucionalização do CEVALOR. ✓ Dimensão das explorações agrícolas. ✓ Produção vitivinícola de qualidade. ✓ Montado de sobro e azinho. ✓ Concretização parcial do plano de rega do Alentejo. ✓ Zonas de caça turística. ✓ Parque Industrial e Tecnológico de Évora. ✓ Região de Turismo de Évora. ✓ Associação de Municípios. ✓ Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Debilidade demográfica. ✓ Fraca densidade populacional. ✓ Baixa produtividade da terra e do trabalho. ✓ Práticas e culturas agrícolas inadequadas. ✓ Mão-de-obra pouco qualificada. ✓ Ausência de dinâmica empresarial. ✓ Fraca capacidade de mobilização de recursos exógenos. ✓ Fraca capacidade para gerar valor acrescentado. ✓ Tecido produtivo muito débil. ✓ Fraco dinamismo associativo. ✓ Insuficiência em infra-estruturas turísticas. ✓ Reduzida animação turística. ✓ Incapacidade de retenção dos fluxos financeiros gerados no distrito. ✓ Diminuta dimensão dos centros urbanos. ✓ Carência de habitação nos centros urbanos. ✓ Secundarização de diversos troços ferroviários. ✓ Elevada taxa de analfabetismo.

Fonte: adaptado de CIDEC (1994): 104-105

b) A ALIENDE

A ALIENDE (aliende@mail.telepac.pt) possui, ao nível das estruturas físicas, um escritório central em Montoito, um Centro de Informação para o Empreendedorismo em Reguengos de Monsaraz e um Centro de Apoio às Artes e Ofícios Tradicionais em Redondo com uma extensão em Évoramonte.

Acolhe ao nível dos recursos humanos 7 técnicos superiores e 3 técnicos administrativos. Conta ainda em regime de aquisição de serviços com 3 técnicos superiores.

Esta ADL detém uma Bolsa de Recursos Humanos para a Formação e Qualificação constituída por consultores e formadores externos, e está acreditada pelo INOFOR nos domínios de concepção, organização e desenvolvimento de acções de formação bem como em outros domínios, nomeadamente no âmbito da integração profissional.

Está apetrechada com um vasto conjunto de equipamento pedagógicos, e com viaturas para apoio às suas intervenções.

A ALIENDE tem actualmente sob sua responsabilidade vários cursos de formação, um Gabinete de Intervenção Rural (GIR) no âmbito do programa LEADER +, outros projectos de qualificação das populações e de apoio a actividades económicas, sendo entidade parceira em 2 projectos de Luta Contra a Pobreza, num projecto Equal, e apresentou candidaturas de Projectos de Luta Contra a Pobreza e projectos de Formação.

A Associação também dinamiza um fórum local para o desenvolvimento de Montoito, o qual, reunindo periodicamente os agentes e actores locais da freguesia, define a estratégia de desenvolvimento para a freguesia e, entre outros aspectos, procede à articulação e ao acompanhamento de projectos.

c) A TERRAS DENTRO

A Associação Terras Dentro (atd@mail.telepac.pt) está sediada na Rua Rossio do Pinheiro em Alcáçovas, e conta com as seguintes cinco delegações: Alcácer do Sal; Alvito; Grândola; Portel e Santiago do Escoural:

É uma Associação de direito privado sem fins lucrativos.

São órgãos sociais da Associação: Direcção - Presidente e 4 directores; Assembleia Geral – Presidente e 2 secretários; Conselho Fiscal – Presidente, Vice-presidente e vogal.

A estrutura da associação divide-se em sectores: Financeiro; Administrativo e Recursos Humanos; Património, logística e transporte; Formação e Desenvolvimento Social; Novos Projectos, Iniciativas e Cooperação; Agricultura e Ambiente; Promoção Divulgação e Organização de Eventos.

A estrutura fixa de colaboradores da associação pode-se considerar como muito leve, competindo-lhe assegurar o funcionamento corrente da associação, manter a articulação entre os vários programas e serviços comuns. Esta estrutura é reforçada por equipas de projecto criadas para desempenhar funções específicas.

Os elementos destas equipas trabalham por missões, a tempo inteiro ou parcial e são quase todos recrutados na região (forma de contribuir para a fixação de técnicos). A sua proveniência profissional é variada: uma bolsa de especialistas que se foi constituindo e à qual a ATD recorre sempre que necessário; técnicos temporariamente cedidos pela Aqueuntejo Lda; e também recém licenciados e finalistas do ensino superior que procuram a Associação para aqui efectuar estágios e trabalhos de fim de curso.

A ATD gere actualmente projectos na área social, cursos de formação, um projecto no âmbito da iniciativa comunitária para o desenvolvimento rural (Leader+), um protocolo de cooperação transfronteiriça, e candidatou projectos de formação e de requalificação ambiental, participando ainda como entidade parceira em vários outros projectos.

d) A TRILHO

A TRILHO (trilho@mail.telepac.pt) está sediada na Travessa do Megué, 4 – 2º esq. em Évora.

Actualmente conta com uma equipa de 6 funcionários, 3 para a área contabilística e administrativa, e 3 para a área técnica, isto é, de acompanhamento de projectos, coordenados por um Director técnico.

Em termos de funcionamento os serviços da TRILHO dividem-se em:

- Área administrativa e financeira;
- Área de projectos;
- Área empresarial.

Estas três áreas são coordenadas por um técnico que por sua vez presta contas a um coordenador geral, elemento da Direcção.

Os corpos sociais da TRILHO são:

- A Direcção – composta por 5 entidades: 1 Presidente, 1 vice-presidente, 1 tesoureiro e dois secretários/vogais;
- O Conselho Fiscal;
- A Assembleia Geral.

A ADL Trilho é actualmente responsável por um Gabinete de Intervenção Rural – GIR no âmbito do programa LEADER +, por vários planos de intervenção local, por uma acção de formação, sendo entidade parceira em dois projectos Equal, e figura como chefe de fila ou entidade parceira em projectos candidatados ao PIC Interreg III.

2. AS EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SELECIONADAS (ESTUDOS DE CASO)²²

Passamos então a descrever as experiências ocorridas no Alentejo e que, de acordo com os representantes das ADL's, são consideradas como mais ilustrativas de práticas bem sucedidas e práticas menos bem sucedidas.

As experiências bem sucedidas foram relatadas por representantes das seguintes Associações: ADPM, ALIENDE e TRILHO.

As experiências menos bem sucedidas foram relatadas por representantes das seguintes Associações: ADPM, TERRAS DENTRO e TRILHO.

No ponto seguinte abordar-se-á as experiências consideradas como de sucesso ou satisfatoriamente conseguidas.

2.1. AS EXPERIÊNCIAS DE SUCESSO

a) CONSTITUIÇÃO DO PARQUE NATURAL DO VALE DO GUADIANA (indicada por ADPM)

- **Identificação e objectivo genérico da experiência**

Identificação: Parque Natural do Vale do Guadiana

Objectivo genérico: Criação de uma área protegida ao longo do Baixo Guadiana capaz de estruturar um projecto de desenvolvimento sustentado do território, em consonância com a conservação da natureza, a preservação de espécies, o ordenamento do território e a promoção dos recursos locais.

- **Causas ou motivações que justificaram por parte do promotor a candidatura do projecto em referência**

Primeiro porque estava dentro do objecto e missão da ADPM a defesa do ambiente e a conservação das espécies.

Depois, outra motivação, consistiu na salvaguarda e o estudo dos recursos naturais. Para além disso, também a necessidade que a ADPM sentia de que houvesse um ordenamento e um planeamento quer do território quer dos recursos naturais.

E é evidente que o usufruto/rentabilização económica desses recursos também foi uma motivação subjacente ao lançamento da iniciativa.

²² Chama-se a atenção dos leitores para que a sequência das questões e correspondentes respostas, adoptada para expor nos pontos 2.1 e 2.2 os resultados referentes às 6 experiências, não corresponde à sequência constante nos inquéritos que figuram no Anexo III). Com esta opção procurou-se proporcionar uma leitura mais interessante do texto que descreve as referidas experiências.

- **Resultados efectivamente atingidos no conjunto total dos resultados esperados**

A criação formal do Parque Natural do Vale do Guadiana por Decreto-Lei do Conselho de Ministros.

Ainda o facto de, por via de haver um Parque Natural, ter-se sediado no território uma equipa técnica, portanto um conjunto diversificado de técnicos, funcionários do parque, o que para os territórios é importante, pois para um território rural quantos mais recursos humanos qualificados houver, melhor, visto que constituem uma mais valia.

Por outro lado a sensibilização que é obviamente feita às populações, para o facto de existir um parque natural, torna permeável a ideia de viver dentro do parque natural e eventualmente os benefícios que se podem tirar por esse facto.

- **Factores subjacentes ao sucesso do projecto, de acordo com os itens abaixo indicados**

Por parte da ADL:

A forte motivação que havia na altura para a conservação da natureza e um empenhamento muito forte que está para além do trabalho normal, quer por parte da equipa técnica da Associação, quer da própria direcção da ADL

Por parte dos restantes parceiros (Rota do Guadiana, Câmara de Mértola, Câmara de Serpa):

Por parte da ROTA a motivação para a defesa dos valores naturais da fauna e da flora.

Por parte das câmaras de Mértola e Serpa teve a ver muito com questões ligadas ao planeamento e ordenamento do território e com questões políticas tais como eventuais majorações de fundos comunitários, eventuais majorações de projectos ligados às questões agrícolas e às questões do turismo rural, pois dentro de áreas protegidas poderia vir a ter-se acesso a essas majorações e a projectos específicos para áreas protegidas como no fundo se verificou agora com o SIVETUR (que é um plano de investimento para o turismo nas áreas protegidas).

Por parte dos poderes públicos:

Por parte do Ministério do Ambiente havia alguma motivação para apoiar a criação de áreas protegidas, o que se traduziu nalgum apoio burocrático e legislativo para que se concretizasse o projecto da ADPM. Concretamente, por parte do Instituto para a Conservação da Natureza houve algum apoio, do ponto de vista técnico, na elaboração de estudos e de levantamentos necessários para fundamentar a proposta de criação do Parque, o que deu mesmo origem a um relacionamento pessoal muito satisfatório entre os técnicos do Instituto e os representantes da ADPM.

Por parte dos destinatários:

A população em geral apoiou, porque tinha algumas expectativas em relação à experiência do que seria viver numa área protegida, de assistir constantemente a referências ao território onde vive como sendo uma área protegida, e onde a cultura e o património assumem uma grande importância.

Por parte de outros actores:

Verificou-se o benefício da dúvida por parte de agricultores, proprietários de reservas de caça e caçadores, os quais constituíam grupos de interesses diferenciados e que poderiam ter levantado várias dificuldades durante a fase de inquérito público, facto

que não se verificou.

- **Principais dificuldades encontradas ao longo da experiência**

Dificuldades inerentes à ideia que as pessoas têm dos parques naturais ou das áreas protegidas. A ideia que se tem é que os parques condicionam as actividades humanas, as construções, as práticas tradicionais, a agricultura e a caça. A verdade é que muitas vezes as regras são definidas de igual forma para Montesinho ou para o Parque Natural do Guadiana, no entanto as regras têm que ser adequadamente diferentes porque por exemplo uma propriedade com 10 hectares em Montesinho é uma grande propriedade, e 10 hectares no vale do Guadiana não representa nada. Ou seja, uma construção de 100 metros quadrados em Montesinho é, provavelmente, demasiado grande e aqui não é rigorosamente nada. Como as leis são iguais, cria desenquadramentos, cria problemas. Os maiores problemas que aqui se encontram foram precisamente pela ideia que as pessoas tinham, porque experiência, obviamente não existia.

Quando foram identificadas as dificuldades, foram encontradas as formas de as superar: fizeram-se visitas aos parques naturais, reuniões com os responsáveis das áreas protegidas (Montesinho, Serra da Estrela e da Peneda Gerês), com o Ministério do Ambiente, com representantes de grupos de interesses (Cooperativa Agrícola do Guadiana), com as Juntas de Freguesia. Fizeram-se ainda reuniões com os líderes de opinião.

Foi dialogando que se conseguiu ultrapassar e encontrar alternativas.

- **Aspectos contraditórios que podem ser identificados actualmente devido ao funcionamento da experiência (Quem está a ser afectado e qual o grau de gravidade dos prejuízos? Que medidas já foram ou se prevê virem a ser tomadas para atenuar ou resolver a situação?)**

Actualmente estamos na fase de discussão do Plano de Ordenamento e existe uma forte contestação.

Quando o projecto foi dinamizado pelas associações, câmaras que se envolveram e pelas populações, criou-se o parque natural sem problemas de maior. A partir do momento em que foi criado e entregue à gestão do Instituto de Conservação da Natureza (entidade que tem a incumbência de gerir as áreas protegidas), começaram a surgir alguns problemas não previstos, de tal forma que as pessoas hoje contestam o parque... A população está revoltada. As regras da conservação da natureza são exigentes, e não houve até agora contrapartidas para quem fica obrigado a essas exigências. Ou seja, as pessoas têm que cumprir uma série de regras, são impedidas de algumas coisas, e não são compensadas por esse esforço individual, sentindo-se portanto lesadas.

O que se verifica actualmente é que existe uma falta de ligação entre as pessoas que trabalham no parque e as populações locais. Há um grande fundamentalismo que acaba por revoltar por exemplo os agricultores e os donos das reservas de caça.

- **Transferibilidade do projecto para outros territórios**

A experiência é transferível para outros territórios. Sobretudo a criação do parque, a forma como se envolveram as pessoas, o trabalho que foi feito nas escolas para

sensibilização deste tipo de valores. O modelo de criação do parque é baseado em experiências recolhidas em Itália e Inglaterra.

- **Aprendizagens que o projecto trouxe aos técnicos e responsáveis pela ADL**

Fundamentalmente o facto de a Associação ter de sustentar os projectos e as propostas em suporte técnico-científico e, portanto, ter de promover a investigação e os estudos técnicos.

O aprender a trabalhar no sentido de reivindicar, mas, ao mesmo tempo, entender as reticências e a posição dos representantes do Estado. Teve que se aprender assim que era necessário convencer primeiro os técnicos, nomeadamente as chefias intermédias do ICN que elaboram os pareceres, antes de se convencer os políticos.

A questão da seriedade: teve que se demonstrar a seriedade do processo, e que não se andava a brincar à conservação da natureza, tendo sido importante juntar as câmaras municipais para dar credibilidade ao processo.

Que, havendo processos que se alongam no tempo, pois o parque demorou 10 anos a criar, tal não deve ser motivo para desistência, até porque, muitas vezes, o tempo conta a favor dos proponentes de iniciativas como esta.

- **Outros aspectos positivos ou negativos referenciáveis que melhoraram ou agravaram devido à implementação da experiência (efeito multiplicador)**

Temos a salientar, como aspectos positivos, a imagem de marca do concelho de Mértola e a própria imagem dos promotores: a ADPM e a Câmara de Mértola.

- **Situação actual e perspectivas futuras do projecto**

O projecto é sustentável, disso não há dúvidas. É uma questão de gestão do projecto e de participação das populações no próprio projecto.

As perspectivas dependem da capacidade da administração envolver ou não as populações locais na participação do projecto.

- **Sugestões/recomendações que a ADL deveria tomar em atenção ou gostaria de deixar a responsáveis de outras ADL's acerca de iniciativas deste género**

Não deixar a condução do processo na 2ª fase (a partir da altura em que é criado o Parque) a cargo da exclusiva responsabilidade dos órgãos do Estado, como seja neste caso o ICN, na medida em que a partir daí tratam os territórios de igual forma e não atendem à particularidade dos territórios e dos recursos, aplicando uma gestão impessoal, não havendo um relacionamento diário e efectivo entre quem gere e a população local, o que é mal entendido por esta.

- **Localização da experiência**

Concelhos de Mértola e Serpa.

- **Abrangência territorial da experiência**

79 000 hectares.

- **Data de início e de fim do processo de candidatura**

O processo teve início em 1985 e terminou em 1995 com a publicação do Decreto-Lei que criou o Parque.

- **Data de início do funcionamento efectivo da experiência após o terminus da candidatura**

Logo em 1995.

- **Beneficiários da experiência**

Beneficiários locais, dentro da área do parque (populações locais) e cidadãos em geral.

- **Parceiros da ADL na experiência**

Câmara Municipal de Mértola, Câmara Municipal de Serpa e ADL Rota do Guadiana, e ainda contributos e opiniões de cariz técnico por parte de docentes/investigadores da Universidades de Évora e Faculdade de Ciências da Universidade Nova de Lisboa.

- **Valor global da experiência apresentado na candidatura**

3 mil contos (aproximadamente €15 mil) por cada um dos anos de trabalho (10 anos), ao que se pode acrescentar mais 25 mil contos (aproximadamente €125 mil) dispendidos com os estudos realizados.

- **Comparticipação na implementação da experiência por interveniente**

Promotores (ADL e CM de Mértola)

20% por parte da ADL.

10% por parte da CM de Mértola.

Comunitária

60%.

Outros

10% provenientes de patrocinadores privados que contribuíram para o financiamento de estudos e projectos.

b) EMPREENDIMENTO DE TURISMO DE ALDEIA EM S. GREGÓRIO (RIO DE MOINHOS – BORBA) (indicada por TRILHO)

• **Identificação e objectivo genérico da experiência**

Empreendimento de turismo de aldeia de S. Gregório, localizado na Freguesia de Rio de Moinhos, concelho de Borba, distrito de Évora, NUTE III Alentejo Central.

Com a concretização do empreendimento visou-se alcançar os seguintes objectivos:

- ✓ Revitalizar S. Gregório, e, conseqüentemente, a Freguesia de Rio de Moinhos;
- ✓ Dinamizar o comércio tradicional local, nomeadamente a nível do artesanato, restauração, venda de produtos locais, além da divulgação dos usos e costumes da região;
- ✓ Apoiar a criação de uma rede turística assente numa multiplicidade de ofertas;
- ✓ Aumentar a oferta do sector;
- ✓ Melhorar a qualidade da oferta;
- ✓ Instalar projectos de animação turística com impacto local;
- ✓ Criar postos de trabalho directamente associados à unidade hoteleira;
- ✓ Promover iniciativas de matriz cultural;
- ✓ Promover iniciativas associadas ao turismo ecológico, cinegético e de aventura;
- ✓ Lançar uma nova modalidade de turismo em espaço rural no Alentejo – turismo de aldeia.

• **Quais as causas ou motivações que justificaram por parte do promotor a candidatura do projecto em referência**

Por parte do promotor

- ✓ Recuperação de património;
- ✓ Investimento imobiliário;
- ✓ Lançar um novo produto.

Por parte da ADL e da RTE

- ✓ O investimento económico em S. Tiago de Rio de Moinhos;
- ✓ Criação de postos de trabalho;
- ✓ Efeito demonstrativo a nível de recuperação do património.

• **Resultados efectivamente atingidos no conjunto total dos resultados esperados**

- ✓ Recuperação da aldeia de S. Gregório;
- ✓ Desenvolvimento económico e aumento da permanência de turistas, e aposta num segmento inovador na área do turismo (alugar uma casa e não somente um quarto, o que se insere na modalidade do turismo de aldeia).

Considera-se que os resultados foram atingidos.

- **Factores subjacentes ao sucesso do projecto, de acordo com os itens indicados**

Por parte da ADL:

Foi o grande empenho na concretização dessa experiência, porque era um projecto considerado inovador e viável.

Por parte dos restantes parceiros:

Por parte da RTE foi o grande empenho no lançamento do primeiro turismo de aldeia no Alentejo.

Por parte dos poderes públicos:

Interesse por parte da autarquia local.

Por parte dos destinatários:

A viabilidade económica da experiência.

- **Principais dificuldades encontradas ao longo da experiência**

Aplicação da legislação à realidade, porque é uma legislação que impõe regras genéricas que não se adequam a nível local, ou seja as imposições não se aplicavam a uma casa alentejana típica de aldeia (dificuldade superada a nível de uma grande negociação da Trilho, da RTE e do promotor junto das entidades competentes, neste caso a Direcção Geral de Turismo).

Entraves e dificuldades burocráticas (que foram superadas através da persistência e persuasão).

- **Transferibilidade do projecto para outros territórios**

A experiência transferível pode incidir sobre:

- ✓ O trabalho de parceria entre privado, público e associativo;
- ✓ Um novo tipo de oferta turística a nível de aldeias.

- **Aprendizagens que o projecto trouxe aos técnicos e responsáveis pela ADL**

A nível de acompanhamento de um projecto deste tipo:

- ✓ Desde a ideia inicial;
- ✓ Trabalhar a ideia, prossecução da experiência até à sua execução e funcionamento;
- ✓ Conhecimento aprofundados sobre turismo de aldeia.

No que se refere à legislação:

- ✓ Estudo de casos em funcionamento (nomeadamente na aldeia do Soajo, localizada no Minho – norte de Portugal);
- ✓ Capacidade de negociação;
- ✓ Conhecimentos das especificidades da realidade local em geral e da realidade local da freguesia de Rio de Moinhos.

- **Situação actual e perspectivas futuras do projecto**

- A situação actual pode ser considerada como positiva;
- As perspectivas são favoráveis/animadoras.

- **Sugestões/ recomendações que a ADL deveria tomar em atenção, ou gostaria de deixar a responsáveis de outras ADL's acerca de iniciativas deste género**

- Que as iniciativas deste género se concentrem em aldeias habitadas;
- Verificar em que medida a legislação contempla a salvaguarda do investimento público, de forma a evitar que os empresários possam desvirtuar a experiência após alguns anos de vigência.

- **Localização da experiência**

A experiência localiza-se na Freguesia de Rio de Moinhos, concelho de Borba, distrito de Évora, NUTE III Alentejo Central.

- **Abrangência territorial da experiência**

A experiência não foi desenhada tendo em atenção um território delimitado previamente. Os seus impactos no que se refere a património recuperado (equipamentos, postos de trabalho) ocorrem na aldeia de S. Gregório, porém a sua projecção ultrapassa já as fronteiras nacionais, pois está incluída numa rede de aldeias turísticas que integra outras aldeias portuguesas, finlandesas e italianas, encontrando-se numa fase de alargamento à Polónia e Roménia.

- **Data de início e de fim do processo de candidatura**

Os primeiros contactos entre o promotor com a Região de Turismo ocorreram em Março de 1998, e o projecto foi concluído em Dezembro de 2001.

- **Data de início do funcionamento efectivo da experiência após o terminus da candidatura**

Teve início neste mesmo mês de Dezembro de 2001.

- **Beneficiários da experiência**

Operador turístico, e 2 trabalhadores.

- **Parceiros da ADL na experiência**

Região de Turismo.

- **Valor global da experiência apresentado na candidatura**

No que se refere ao montante elegível apresentado ascendeu a um total de 73 767 248\$00 (€367 949,48), com uma comparticipação do Leader II de 50%. Contudo, o valor global foi superior ao investimento elegível porque o promotor efectuou investimentos que não estavam previstos aquando da candidatura, pelo que estes não foram comparticipados como o foi a verba acima referida.

- **Comparticipação na implementação da experiência por interveniente**

Promotor:

50% da despesa elegível.

Nacional:

Algumas obras da câmara de que não existe informação sobre o montante que atingiram (electricidade, água, canalizações).

Comunitária:

50% da despesa elegível.

c) CENTRO COMPARTILHADO DE TELE-TRABALHO (indicada por ALIENDE)

- **Identificação e objectivo genérico do projecto / experiência**

A acção/projecto objecto deste inquérito foi na realidade uma das acções de um conjunto de 9 que consubstanciaram o Plano Local de Intervenção (PLI) "Entre Nós". Este Plano teve por objecto a promoção local de emprego constituindo-se como uma iniciativa piloto.

Este objecto, como se expressava no documento de candidatura a financiamento *"desenvolve-se pela melhoria das qualificações profissionais e pela promoção de emprego, tendo em particular atenção os desempregados de longa duração, as pessoas excluídas ou em risco de exclusão e a inserção socioprofissional de jovens. Para a consecução destes objectivos, a intervenção a desenvolver compreende acções visando a qualificação profissional, a colocação de desempregados, a promoção, criação e acompanhamento inicial de iniciativas de emprego bem como intervenções na área da inserção socioprofissional de jovens deficientes."*

A par da intervenção em outras áreas o PLI "Entre Nós" *"considera finalmente o papel das novas tecnologias na empregabilidade em meio rural"*.

Esta acção/projecto constituiu-se então pela implantação de um espaço compartilhado para desenvolvimento de iniciativas de tele-trabalho.

Este espaço, tal como é definido no documento já mencionado *"concebe no essencial, a sua fruição por jovens e (...) serve de apoio ao estabelecimento, lançamento e desenvolvimento de actividades económicas, previsivelmente ao nível da prestação de serviços a agentes empresariais, mas também culturais, sociais, etc... localizadas (ou*

não) fora da área geográfica de intervenção, e por recurso ao tele-trabalho. Entre os serviços a prestar consideram-se a título de exemplo; o processamento de texto, a consultadoria, traduções, composição e manutenção de páginas, concepção de CD-ROM, etc...

Considera também este Centro de tele-trabalho a sua utilização à distância, beneficiando das suas ofertas os utilizadores naquelas condições.”

O Centro Compartilhado de Tele-trabalho procurou “proporcionar o conhecimento e o contacto aos seus utilizadores (quer pelo lado da oferta, quer pelo lado da procura) de uma nova modalidade de trabalho passível de extrema atracção junto da camada mais nova da população e de mais que certo desenvolvimento e implantação num futuro próximo.

Em paralelo promove uma actividade que, ultrapassando as distâncias, resolve, entre outros, problemas de mobilidade e cultiva a permanência no território, podendo assim vir a contribuir para o estancar da regressão demográfica verificada na área de intervenção.”

Sobre estas premissas o Centro assumiu como principais objectivos:

- ✓ Servir de apoio ao estabelecimento, lançamento e desenvolvimento de actividades económicas, ao nível de prestação de serviços e com recurso às TIC, contribuindo para inserir jovens à procura do primeiro emprego e jovens desempregados no mercado de trabalho;
- ✓ Divulgar o tele-trabalho;
- ✓ Desenvolver competências no uso das novas tecnologias de informação e de comunicação.

A oferta do Centro Compartilhado de Tele-trabalho constituiu-se pelos seguintes vectores:

- ✓ Disponibilização de um espaço infra-estruturado com equipamentos informáticos e de comunicação, e de ferramentas e assistência técnica;
- ✓ Mediação entre a oferta e a procura de serviços, identificando as competências dos utentes e ofertando-as junto de possíveis clientes/empregadores, bem como divulgando junto dos utentes oportunidades identificadas de negócio;
- ✓ Acções de divulgação.

• **Causas ou motivações que justificaram por parte do promotor a candidatura do projecto em referência**

Considerados os variados diagnósticos sobre o desenvolvimento do Alentejo, ao nível local, sub regional ou regional, são recorrentes três itens associáveis entre si. A saber:

- ✓ O recuo demográfico;
- ✓ O envelhecimento da população;
- ✓ As baixas qualificações escolares e profissionais.

A deserção do território por parte da sua população e de entre esta, os jovens em particular, constitui-se, a par de outros aspectos, como razão transversal à verificação dos itens expostos.

Esta incapacidade do território para fixar a sua população jovem, aliada à baixa capacidade de atracção de forasteiros, decorre da sua menor competitividade e numa relação biunívoca concorre para a sua perpetuação.

O estancar e a inversão deste processo tem sido preocupação e objecto do trabalho de várias entidades.

Considerando a promoção local de emprego e o facto de se estar numa iniciativa piloto, a ALIENDE achou por bem desenvolver uma actividade inovadora no território, considerando, como diz o documento de candidatura, *“o papel das novas tecnologias na empregabilidade em meio rural aliada a uma intervenção estratégica junto da população jovem, em que, entre outros aspectos se procura resolver um hiato cada vez mais significativo, e de forte risco social, entre a resolução da escolaridade e o ingresso na vida activa.*

Importa demonstrar que esta inserção na vida activa, à parte da necessária mobilidade do tempo actual, não necessita forçosamente de se fazer pela deserção do território.”

A implantação do Centro baseou-se nas seguintes premissas:

- ✓ A integração profissional dos jovens não tem forçosamente que se fazer pela deserção do território;
- ✓ Além dos potenciais endógenos que podem sustentar a emergência/sustentação de negócios deve-se ter em igual atenção e consideração os potenciais exógenos.

A informática e as tecnologias de informação e comunicação são de elevada atractividade junto dos jovens constituindo-se de resto já como uma linha de separação de gerações.

Para a assunção desta intervenção foi determinante a experiência já adquirida pela associação no desenvolver do projecto Eurowrite em que a Aliende foi parceira da Universidade de Évora, e que visa formar mulheres empresárias em meio rural com apoio à distância.

• **Resultados efectivamente atingidos no conjunto total dos resultados esperados**

Foram definidos para o projecto, em sede de candidatura a financiamento, uma bateria de indicadores de sucesso, nomeadamente:

- ✓ Nº de utilizadores totais do Centro.
- ✓ Nº de serviços realizados por esses utilizadores.
- ✓ Volume de serviços realizados.
- ✓ Nível de subsistência das iniciativas apoiadas.

Não eram definidos em sede de candidatura os patamares de sucesso a observar.

Internamente a coordenação do PLI “Entre Nós” e a coordenação desta acção/projecto definiram os seguintes patamares de sucesso (considerado 1999 como ano de preparação e como ano de arranque o ano 2000): ano $n = 30$, ano $n + 1 = 50$ (total de 80).

Considerou-se também que o patamar de sucesso em relação ao nº e volume de serviços realizados seria de um serviço por utilizador (80 serviços) a 50.000\$00 (+/- 250 €) por serviço perfazendo um total de 4.000.000\$00 (+/- 20.000 €).

Quanto ao nível de subsistência das iniciativas considerou-se como patamar de sucesso a manutenção mínima de actividade parcial verificada, passados 6 meses depois da conclusão da acção/projecto.

O nível de subsistência das iniciativas apoiadas não foi apurado, pois o PLI “Entre Nós” não foi alvo da extensão prevista inviabilizando a monitorização aos resultados *ex-post* da acção. Por falta de recursos a ALIENDE não assumiu essa monitorização a expensas próprias. O nº de utilizadores totais do Centro cifrou-se em 137 indivíduos. Definiram-se como utilizadores aqueles que constituíram processo para desenvolver tele-trabalho. O nº de atendimentos prestados (indicador não definido inicialmente) foi de 701. O nº de serviços realizados pelos utilizadores cifrou-se em cerca de 7.000.000\$00 (+/- 35.000 €) sendo respeitante a 100 negócios realizados por 60 utentes. Este volume contempla apenas o valor dos serviços dados a conhecer pelos utentes e não todo o volume realizado pois alguns utilizadores optaram por manter reserva sobre este aspecto.

Além destes números derivados da prestação de serviços à distância, foram colocados 10 utentes em regime de tele-trabalho. Dada a articulação com as restantes acções do PLI “Entre Nós”, 16 utentes foram colocados profissionalmente em actividades relacionadas com as tecnologias de informação e comunicação.

Foram realizadas 14 sessões de divulgação do tele-trabalho, em meio rural, que registaram uma adesão de 210 participantes.

• **Factores subjacentes ao sucesso do projecto, de acordo com os itens indicados:**

Por parte da ADL:

O público-alvo do projecto foi claramente atingido; Considerando o perfil dos utentes do Centro importa acentuar que estes foram constituídos por população jovem. De facto destes 137 utilizadores:

- ✓ 49 % têm idade entre os 25 e os 29 anos;
- ✓ e 37 % têm idade entre os 20 e os 24 anos.

Dos restantes, 6% situa-se entre os 18 e os 19 anos e 7 % entre os 30 e os 34. Apenas 1% tem idade igual ou superior a 35 anos. Deste conjunto de 137 utilizadores cerca de 60 % são do sexo feminino.

Quando consideradas as habilitações literárias verifica-se que 62% possui um grau do ensino superior e 38% tem como habilitações o ensino secundário.

Quando analisada a situação face ao emprego constata-se que 34% dos utentes se encontram empregados, 21% são estudantes e os restantes 45% encontram-se desempregados, incluindo-se também neste grupo os que procuram 1º emprego.

Em função do que brevemente se expôs atesta-se a apetência dos jovens, e em particular de jovens qualificados, pelo uso das TIC e para o tele-trabalho.

Os patamares de sucesso estabelecidos foram alcançados e ultrapassados, fruto de uma excelente estratégia de divulgação.

Demonstra-se por este modo a justeza das premissas de constituição do Centro nomeadamente quando indicada a possibilidade de, residindo no território, usufruindo das suas vantagens, um indivíduo poder aceder a emprego e/ou negócios com entidades localizadas em outras regiões.

Se presentemente esse mercado se tem situado na área da Grande Lisboa um

desenvolvimento continuado do trabalho do Centro demonstrará previsivelmente outras regiões de forte potencial, no país e no estrangeiro.

As TIC e o tele-trabalho demonstram assim uma enorme capacidade para a inserção profissional de jovens e para a fixação de recursos qualificados no território.

Um outro aspecto emerge também claramente como capacidade das TIC e do tele-trabalho. O contributo para a efectiva implantação da igualdade de oportunidades entre géneros no acesso ao emprego.

É também de mencionar o contributo para a inserção socioprofissional de públicos portadores de deficiência.

Finalmente importa atestar o ainda muito grande desconhecimento do tele-trabalho e das potencialidades das TIC, verificado junto dos jovens, da comunidade em geral e do empresariado em particular.

Por parte dos restantes parceiros:

Por parte da APDT proporcionou muitos contactos com o exterior, nomeadamente com entidades espanholas e escocesas que já operavam na mesma área, o que possibilitou uma série de contactos que permitiram adquirir uma experiência considerável bem como informação sobre bibliografia / informação e bases de dados de algumas empresas.

A TELEMANTENÇÃO (Empresa privada) contribuiu para o contacto com mercados (indicação de clientes para os jovens utentes do Centro que lhes prestava apoios com regularidade como por exemplo: disponibilidade de material informático, software, acesso à Internet e contactos, já que àqueles que trabalhavam fora era só facultada a parte dos contactos) e a própria empresa assumiu como colaboradores jovens que eram utentes do Centro.

Por parte das Juntas de Freguesia verificou-se a cedência de espaços para divulgação dos Centros.

Por parte dos poderes públicos:

A receptividade da entidade financiadora (IEFP).

Por parte dos destinatários

Uma adesão espantosa, embora não se tenham apercebido que poderiam conseguir um primeiro emprego (saída profissional), e houve mais a perspectiva de que era uma forma de vender serviços não permanente.

• **Principais dificuldades encontradas ao longo da experiência**

Falta de regulamentação jurídica da actividade de tele-trabalho, o que dificultou a receptividade das entidades, tal foi contornado através da prestação de serviços específicos e com duração limitada (por exemplo um ano) ou pontuais (a maior parte).

Desconhecimento de muitas empresas em relação ao tele-trabalho o que levantava uma grande resistência à aceitação deste tipo de trabalhos.

• **Transferibilidade do projecto para outros territórios**

É de considerar desde que seja assegurada a sustentabilidade em termos organizativos (por exemplo através de uma cooperativa), económicos e financeiros (marketing, divulgação,

comercialização) ou seja, a partilha de despesas e serviços que prestam em comum que permita apoiar a actividade económica.

- **Aprendizagens que o projecto trouxe aos técnicos e responsáveis pela ADL**

Ao nível da organização trouxe reflexões no que se refere à planificação, gestão, monitorização e avaliação de projectos.

Neste último aspecto o projecto fez evoluir sensivelmente as metodologias e ferramentas utilizadas. Noutra aspecto o projecto fez elevar o patamar de exigência em relação a outras entidades, desenvolvendo e afinando o conceito de parceria por contraponto ao de entidades envolvidas.

Aumentou e aprofundou o conhecimento dos territórios no sentido da proximidade com as populações, com as empresas e com as entidades.

Percepção da necessidade de fixar quadros, com a finalidade de sustentar de um ponto de vista social, o trabalho da associação, por exemplo, através do trabalho de esclarecimento, ajuda personalizada, inclusivamente fora dos horários de trabalho (como seja com agricultores).

Ao nível do sector do tele-trabalho (a aprendizagem incidiu numa grande parte da fileira), nomeadamente: em que consiste, que problemas acarreta, que são os operadores, qualidades necessárias para a realização deste tipo de trabalho por parte dos prestadores de serviço.

- **Situação actual e perspectivas futuras do projecto**

O projecto concluiu-se em Dezembro de 2001.

Em sequência dos resultados do projecto foi estruturada uma acção de formação designada "Criação de Emprego com Recurso às Novas TIC". Esta acção foi desenvolvida em parceria com o agrupamento MONTE-ACE.

Em sequência de contactos havidos por parte do IEFP e decorrentes do sucesso da intervenção, a ALIENDE estruturou um projecto designado "Todosiguais.tic" que visa a formação de pessoas deficientes em tecnologias da informação e comunicação e a sua posterior integração profissional através do trabalho à distância.

- **Sugestões/recomendações que a ADL deveria tomar em atenção ou gostaria de deixar a responsáveis de outras ADL's acerca de iniciativas deste género**

Assegurar a sustentabilidade da experiência em termos da criação de saídas profissionais (por exemplo através de ninhos de empresas), porque mostrou ser uma experiência que funcionou como factor de qualificação.

É uma maneira de fixar pessoas qualificadas no interior.

Permite que jovens tenham acesso ao mercado de trabalho sem saírem do seu local de origem.

- **Localização do projecto/experiência**

Concelho Reguengos de Monsaraz, distrito de Évora e NUTE III Alentejo Central.

- **Abrangência territorial do projecto / experiência**

O projecto/experiência teve intervenção nos concelhos de Redondo, Reguengos de Monsaraz e Évora.

- **Data de início e de fim do processo de candidatura**

Março a Novembro de 1999.

- **Data de início do funcionamento efectivo do projecto após o terminus da candidatura**

15 Dezembro 1999.

- **População beneficiária do projecto**

A acção/projecto, seguindo o documento já anteriormente mencionado, *“concebeu no essencial, a sua fruição por jovens. Assim, à parte os jovens à procura do primeiro emprego, o Centro considera também em particular aqueles que se encontram em fase de conclusão da escolaridade, procurando contribuir para minimizar o interregno muitas vezes verificado entre a vida escolar e a vida activa.”*

- **Parceiros da ADL no projecto**

Segundo a noção de parceria praticada na ALIENDE - a qual muito genericamente implica a co-responsabilização pela partilha na concepção e na gestão do projecto, incluindo partilha do poder de decisão e de gestão financeira, - não existiram parceiros neste projecto. Existiram em outro sentido entidades envolvidas: entre estas, e além de Juntas de Freguesia e outras entidades como por exemplo a FDTI (Fundação para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação), merecem destaque pelo papel nuclear que tiveram, a APDT (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento do Tele-trabalho) e a empresa “Telemanutenção”.

- **Valor global do projecto apresentado na candidatura**

100.355,88 €, com uma comparticipação nacional de 100%.

- **Despesas da ADL com o apoio à candidatura**

Não é possível quantificar essas despesas.

2.2. AS EXPERIÊNCIAS MENOS CONSEGUIDAS DE SUCESSO

a) CONSTITUIÇÃO DE UMA FEDERAÇÃO DE ARTESANATO DO ALENTEJO (indicada por TERRAS DENTRO)

- **Identificação e objectivo genérico da experiência**

ARTENOSSA – Federação de Artesanato do Alentejo (defesa dos interesses dos artesãos)

- **Causas ou motivações que justificaram a candidatura da experiência em referência**

Preocupação de valorizar o artesanato alentejano e criar melhores condições de trabalho e de comercialização para os artesãos da Região.

- **Resultados efectivamente atingidos no conjunto total dos resultados esperados**

- ✓ Organização de pelo menos 1 colóquio sobre artesanato dirigido aos artesãos e suas associações;
- ✓ Organização de 2 concursos de artesanato a nível do Alentejo;
- ✓ Funcionamento de uma sede e um posto de venda de artesanato com exposição permanente;
- ✓ Criação de 1 ou 2 postos de trabalho;
- ✓ Início de um processo de certificação do Artesanato do Alentejo com vista à emissão de um selo.

- **Factores subjacentes à falta de sucesso da experiência, de acordo com os itens indicados:**

Por parte da ADL:

- ✓ Falta de disponibilidade para acompanhar o processo a tempo inteiro (tempo e recursos humanos);
- ✓ Quando surgiram desentendimentos entre parceiros não houve disponibilidade para dar o acompanhamento necessário;
- ✓ Falta de capacidade para continuar a apoiar financeiramente o projecto porque o LEADER terminou e o projecto era apoiado financeiramente por este Programa.

Por parte dos restantes parceiros:

- ✓ Alguns conflitos entre parceiros (incapacidade de manter a equipa coesa);
- ✓ Desentendimento geral entre as associações de artesanato sobre o rumo a dar à Federação;
- ✓ Dificuldade de consensualizar os objectivos; por exemplo algumas questões técnicas ligadas ao conceito de artesanato...;
- ✓ “Talvez o projecto tenha sido um pouco imposto, tenha vindo demasiado de cima...”

Por parte dos destinatários:

- ✓ Pouca identificação com o projecto;
- ✓ Desfasamento entre os artesãos e o projecto;
- ✓ O processo deve ter andado demasiado acelerado.

• **Principais dificuldades encontradas ao longo da experiência**

- ✓ Falta de sintonia entre dirigentes da Federação e o artesão final;
- ✓ O facto da sede estar localizada em Alvito, e se encontrar longe de muitas associações envolvidas;
- ✓ Distância física e poucos recursos humanos e financeiros;
- ✓ Falta de sintonia entre dirigentes da federação;
- ✓ As próprias associações de artesãos não conseguiram elas próprias superar as dificuldades e fazer a ponte com os não associados.

• **Consequências negativas na zona de intervenção da ADL, decorrentes do não sucesso da experiência**

A desacreditação neste tipo de iniciativas, quer na zona de intervenção quer mesmo noutras zonas, que não se voltaram a repetir.

• **Repercussões negativas (ou positivas) da experiência identificadas em outros locais**

A mesma desacreditação neste tipo de iniciativas, quer na zona de intervenção quer mesmo noutras zonas, que não se voltaram a repetir.

• **Aprendizagens que a experiência trouxe aos técnicos e responsáveis pela ADL**

- ✓ Que não devem ser demasiado voluntaristas em projectos cuja natureza a ADL não domine;
- ✓ O projecto surgiu da vontade e do sentir necessidade por parte da ADL, não foram os artesãos que sugeriram a iniciativa;
- ✓ A inexistência de um estudo de viabilidade (económica e social) do projecto, provavelmente com mais amadurecimento em outra fase posterior do LEADER poderia dar resultados mais positivos.

• **Outros impactes (positivos e negativos) desta experiência identificados na ADL**

Positivos:

- ✓ Futuramente ter mais cuidado quando avançar para determinados projectos que envolvem parceiros;

- ✓ Fica a ideia de que os artesãos são “complexos” em termos de relacionamento interpessoal “ sentem, talvez, uma interferência no seu mundo” (associativismo e comercialização);
- ✓ As ADL lançarem-se em projectos desta natureza com mais cuidado;
- ✓ Responsabilidade pela resolução de problemas burocráticos e financeiros mesmo depois do projecto ter terminado.

Negativos:

- ✓ Alguma retracção na abordagem de problemas de artesanato;
- ✓ Questões burocráticas que ficaram por resolver (encargos fiscais, pagamentos a fornecedores...)

- **Interesse e possibilidade de se proceder à reactivação da experiência**

Sim. “Até que ponto não sei... dificuldade em recomeçar: será uma questão a ver com as ADLs. Penso que persistem os problemas com os artesãos”.

A criação de estruturas para apoiar o associativismo é sempre positivo.

- **Sugestões/recomendações que a ADL deveria tomar em atenção, ou gostaria de deixar a responsáveis de outras ADL’s acerca de iniciativas deste género**

Estudar muito bem a realidade antes de avançar para este tipo de iniciativas e não querer ser o motor de uma iniciativa destas. Apenas enquadrar as vontades que surgem ainda que implicasse a mobilização de alguns artesãos.

- **Localização da experiência**

Sedeada em Alvito – distrito de Beja e NUTE III Baixo Alentejo.

- **Abrangência territorial da experiência**

NUT II – Alentejo.

- **População beneficiária da experiência**

Artesãos do Alentejo.

- **Parceiros da ADL na experiência**

ESDIME; Juventude Almodovarense, etc.

b) CONSTITUIÇÃO DE UMA EMPRESA DE TURISMO (relatada por ADPM)

• **Identificação e objectivo genérico da experiência**

Foi mais um processo do que um projecto, embora tenha culminado na candidatura de um projecto. Desde há alguns anos a ADPM havia começado a pensar na criação de uma Empresa de Turismo, que pudesse ter rentabilidade financeira, considerando as potencialidades turísticas que todo este território envolve e tendo em conta que não existe quem desenvolva a actividade turística no local, pois existe apenas uma empresa. As empresas a operar no território são do Algarve, apanham os turistas à chegada (Faro), trazem-nos a dar uma volta e regressam, muitas vezes nem almoçam em Mértola, pelo que o território pouco ou nada beneficia.

Teve-se assim em conta a necessidade de aproveitar as potencialidades existentes e por outro lado, os gastos feitos pela ADL, Câmara, etc. Se a câmara e as entidades locais gastavam dinheiro no campo arqueológico, nas escavações, na cultura, no ambiente, porque não haveriam de ser essas mesmas entidades locais a explorar as potencialidades locais?

Assim, ao longo de alguns anos amadurecemos esta ideia analisando a melhor forma de criação de uma empresa de turismo. Avançámos, e foi aí que esbarramos com uma série de problemas, sobretudo problemas burocráticos, de tal forma, que não se conseguiu criar a empresa.

• **Causas ou motivações que justificaram a candidatura da experiência em referência**

Rentabilização dos recursos patrimoniais do território e dos fluxos turísticos que se verificam da área do parque, e tentativa de retorno dos investimentos realizados ao longo dos anos.

Noção por parte da ADPM de que não havia na área do parque este tipo de prestação de serviços com a qualidade exigível.

• **Resultados efectivamente atingidos no conjunto total dos resultados esperados**

Não se atingiram resultados concretos a não ser uma parceria efectiva entre o Campo Arqueológico, a ADPM e um investidor privado, que se traduziu posteriormente na colaboração pontual em projectos específicos.

• **Factores subjacentes à falta de sucesso da experiência, de acordo com os itens abaixo indicados**

Por parte da ADL:

Nada.

Por parte dos restantes parceiros:

Nada.

Por parte dos poderes públicos:

O facto da legislação não ser clara sobre se as ADL's podem ser sócias de empresas privadas (pelo que não houve nenhum notário que fizesse a escritura da empresa); Também a burocracia e o investimento a concretizar em termos de alvará e em termos de seguros que é preciso efectuar, o que atinge montantes incomportáveis para pequenos investidores.

Por parte dos destinatários:

Nada

Por parte de outros actores:

Nada

- **Principais dificuldades encontradas ao longo da experiência**

De acordo com o referido anteriormente, foram:

- ✓ A indefinição legislativa sobre a possibilidade das ADL's poderem ser sócias de empresas, dificuldade que não se conseguiu ultrapassar;
- ✓ A necessidade de realização de um elevado investimento em alvarás e seguros. Dificuldade que só poderia ter sido ultrapassada com grande esforço, caso a tivesse sido possível remover a anterior.

- **Consequências negativas na zona de intervenção da ADL, decorrentes do não sucesso da experiência**

Criou alguma desmotivação institucional. Foi um projecto em que se apostou bastante e não se conseguiu realizar apesar de todos os esforços envidados para o efeito.

- **Repercussões negativas (ou positivas) da experiência identificadas em outros locais**

Não são conhecidas repercussões negativas.

- **Aprendizagens que a experiência trouxe aos técnicos e responsáveis pela ADL**

Desde o início do processo deveríamos ter apoio jurídico a acompanhar este processo.

- **Outros impactes (positivos e negativos) desta experiência identificados na ADL**

Como positivos: ficaram identificados parceiros, nomeadamente prestadores de serviços turísticos; criou-se uma base de dados sobre as potencialidades do ponto de vista turístico na área do parque e também uma base de dados sobre os prestadores de serviços turísticos (alimentação, alojamento e animação) não só na área do parque, mas também nos concelhos limítrofes (Castro Verde, Almodôvar, Alcoutim e Beja).

- **Interesse e possibilidade de se proceder à reactivação da experiência**

Estamos a pensar nessa possibilidade mas em moldes diferentes: por exemplo fazer uma cooperativa mas também não é fácil.

- **Sugestões/recomendações que a ADL deveria tomar em atenção ou gostaria de deixar a responsáveis de outras ADL's acerca de iniciativas deste género?**

Tomar precauções de forma a não correr os mesmos riscos, mais precisamente: garantir apoio jurídico desde a concepção da iniciativa e estudar formas diferentes de atingir os mesmos objectivos sem passar pela constituição de uma empresa.

- **Localização da experiência**

A empresa ficaria sediada em Mértola.

- **Abrangência territorial da experiência**

Área do Parque Natural.

- **Data de início e fim do processo de candidatura**

O início verificou-se em 1999 e o *terminus* em 2001.

- **População beneficiária da experiência**

População local e prestadores de serviços de restauração e hotelaria.

- **Parceiros da ADL na experiência**

Campo Arqueológico de Mértola (na primeira e segunda fases).

Numa segunda fase juntou-se uma empresa privada de Beja.

- **Valor global da experiência apresentado na candidatura**

100 mil euros.

- **Comparticipação na implementação da experiência por interveniente**

Promotor:
10%

Nacional:
30%

Comunitária:

60%

- **Despesas da ADL com o apoio à candidatura e com a preparação da experiência**

Inerentes à afectação de pessoal técnico.

c) PROMOÇÃO DO ASSOCIATIVISMO NO ÂMBITO DE UM PROGRAMA GLOBAL DE INTERVENÇÃO (indicada por TRILHO)

- **Identificação e objectivo genérico da experiência**

Promoção do associativismo empresarial no âmbito de um Programa Global de Intervenção.

- **Causas ou motivações que justificaram a candidatura da experiência em referência**

A experiência estava inserida num Plano Global de Intervenção, a decorrer ao abrigo do PPDR (Promoção do Potencial do Desenvolvimento Regional), da Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (concretizado durante o QCA II), e estava inserida na rubrica de “Dinamização e Promoção” do Centro Rural, o que se visava era promover os produtos locais (queijos e enchidos), e no entender da ADL a melhor forma de o conseguir com economias de escala era associá-los em torno desse objectivo comum.

- **Resultados efectivamente atingidos no conjunto total dos resultados esperados**

Edição de um brochura com fichas individuais de cerca de um terço de promotores de produtos locais.

- **Factores subjacentes à falta de sucesso da experiência, de acordo com os itens abaixo indicados**

Por parte da ADL:

- Insuficiente empenho face às dificuldades encontradas
- Insuficiente experiência e inadequação da estratégia adoptada

Por parte dos restantes parceiros:

- Insuficiente insistência face à resistência encontrada

Por parte dos destinatários:

- Individualismo
- Competição económica

- Situação do escoamento já assegurada
- Não aceitação de uma promoção única dos produtos locais, e preferência por promoção de cada produto / produtor, devido a diferenças do peso económico de cada empresa

- **Principais dificuldades encontradas ao longo da experiência**

Por parte dos promotores individualismo e falta de visão dos benefícios que esta promoção lhes poderia trazer;

Por parte dos actores de desenvolvimento local inexperiência na condução do processo, estratégia inadequada e acomodação à realidade;

Interesses individuais dos produtores com mais peso económico, devido ao facto de se sentirem penalizados com uma promoção colectiva em que se incluíam promotores com menos peso económico, e por estarem a contribuir para a promoção de outros promotores com menos dinâmica;

Falta de uma estratégia adequada à natureza da situação;

Insuficiente empenho dos actores envolvidos, nomeadamente promotores.

- **Consequências negativas na zona de intervenção da ADL, decorrentes do não sucesso da experiência**

Receio de voltar a intervir em projectos desta natureza;

Não funcionamento das parcerias envolvidas;

Recusa de alguns projectos nesta área pelo facto do associativismo não funcionar;

Justificação: Não existência de concertação e não responsabilização por parte de uma única entidade.

- **Repercussões (negativas ou positivas) da experiência identificadas em outros locais**

Demonstrar os benefícios que se podem obter de uma promoção conjunta;

Viabilidade de novos circuitos de promoção;

Corrigir a forma de actuação.

- **Aprendizagens que a experiência trouxe aos técnicos e responsáveis pela ADL**

A nível de alteração de metodologia e estratégia

Aproximação dos promotores;

A nível de concepção do projecto e definição de parceiros.

- **Outros impactes (positivos e negativos) desta experiência identificados na ADL**

Positivos: Alteração de metodologias em futuros projectos.

Negativos: Alguma renitência em envolvimento em projectos desta natureza e dimensão tendo em conta o esforço, a capacidade de persistência e persuasão necessários.

- **Interesse e possibilidade de se proceder à reactivação da experiência**

É desejável.

Depende dos meios financeiros disponíveis.

Para ser convincente é preciso mostrar primeiro os resultados. Por iniciativa dos produtores é difícil. Não existe espírito associativo. Seria preciso sentirem algo de negativo ou ameaçador, para se associarem.

Por motivos relacionados com a legislação – exigência de determinados requisitos, em termos de qualidade, higiene, etc...

- **Sugestões/recomendações que a ADL deveria tomar em atenção ou gostaria de deixar a responsáveis de outras ADL's acerca de iniciativas deste género?**

O associativismo é chave para a resolução de muitos problemas do mundo rural. É instrumento fundamental para fazer face aos problemas do dia-a-dia.

A investigação deveria ser aplicada a vários sectores – Marketing, económico, novos mercados. Os custos com pessoal técnico são elevados, e só o associativismo terá capacidade de resposta às consequências deste problema.

O papel das ADLs deverá passar por uma atitude activa e de maior intervenção.

- **Localização da experiência**

Estava previsto que tivesse lugar no Centro Rural de Montoito, como experiência piloto tanto dos produtores de enchidos como de queijos.

- **Abrangência territorial da experiência**

Freguesia de Montoito, concelho de Redondo, Distrito de Évora, NUTE III Alentejo Central.

- **Data de início e fim do processo de candidatura**

A experiência teve início em Março de 1999, tendo as tentativas de dinamização da experiência associativa cessado em 2000, por a ADL Trilho se ter retirado do processo.

- **População beneficiária da experiência**

Seriam essencialmente os produtores de enchidos e de queijos.

- **Parceiros da ADL na experiência**

A ADL Aliende.

- **Valor global da experiência apresentado na candidatura**

Estava prevista uma verba de 8 800 000 escudos (€ 43894,21).

- **Comparticipação na implementação da experiência por interveniente**

Promotor:

No orçamento estava previsto que o promotor participasse com 25% .

Nacional:

Não estava prevista participação nacional.

Comunitária:

A participação comunitária prevista ascendia a 75%.

- **Despesas da ADL com o apoio à candidatura e com a preparação da experiência**

Não foi possível quantificar a verba dispendida pela ADL Trilho neste processo.

DISCUSSÃO

Neste ponto procede-se a uma revisão crítica das traves mestras fundamentais do trabalho, com vista à reflexão sobre as principais ideias desenvolvidas anteriormente, cuja finalidade última é identificar parâmetros de avaliação do grau de prossecução dos objectivos traçados para a presente pesquisa.

Sobre os objectivos

Tendo sido esta investigação elaborada por incumbência do Programa Delnet do Centro Internacional de Formação da OIT, o *core* dos objectivos foram delineados por representantes daquela entidade, deixando-se ao critério dos investigadores uma margem de manobra bastante ampla para completar esse núcleo inicial de objectivos.

Após a realização da pesquisa considera-se que os objectivos foram adequados face aos fins a que se destina esta publicação, o que não significa que este trabalho não deva ser continuado pois trata-se de uma investigação em que na primeira fase da recolha de informação, sobre as experiências ocorridas no Alentejo, não se obteve um número alargado de respostas, tendo assim a análise incidido sobre um número limitado de casos. Afigura-se por conseguinte conveniente estudar outros casos, para verificar regularidades e originalidades, o que certamente permitirá alcançar um conhecimento mais aprofundado sobre o tema.

Sobre a metodologia

A metodologia empregue com uma recolha de informação provocada bi-etápica (exploratória numa primeira fase e intensiva na segunda) foi a possível face aos meios disponíveis, e permitiu alcançar os objectivos traçados, ficando o instrumento de recolha de dados disponível para ser adaptado em futuros estudos sobre o tema.

Sobre a caracterização das envolventes e das ADL's

A informação recolhida permitia uma caracterização mais alargada; no entanto optou-se pelas dimensões que o leitor pode verificar, para evitar uma abordagem mais detalhada que se poderia tornar fastidiosa e contraproducente.

Sobre o enquadramento teórico-conceptual

As aporções teóricas contribuíram para explicar parcialmente os resultados alcançados, uma vez que durante o período de elaboração do trabalho os autores não tiveram acesso a publicações sobre o tema, pelo que uma revisão bibliográfica adequada ficou prejudicada por esse motivo. Não é assim possível comparar e integrar os resultados alcançados com resultados obtidos em estudos anteriores.

Sobre os resultados

Permitiram dar resposta aos objectivos traçados mas levantam várias questões sobre:

- ✓ A situação pouco favorável em que se encontra o Alentejo, ainda agravada em alguns aspectos na Margem Esquerda do Guadiana.
- ✓ O papel reconhecidamente importante desempenhado pelas ADL's em prol do desenvolvimento destes territórios, as quais embora dotadas de corpos técnicos qualificados, enfrentam todavia quase quotidianamente muitas dificuldades que se lhes colocam, decorrentes do insuficiente apoio de que enfermam.
- ✓ Diversidade e complexidade dos domínios de actuação das ADL's.
- ✓ Importância da fase preparatória do planeamento das actividades a implementar.
- ✓ Principais atributos a considerar como indispensáveis para que as experiências de desenvolvimento local sejam bem sucedidas, quer por parte das ADL's, quer por parte das populações envolvidas, quer ainda da rede de parceria.
- ✓ Outros temas pertinentes para serem futuramente investigados.

Questões essas que serão retomadas e desenvolvidas nas conclusões e sugestões.

CONCLUSÕES

Seguimos neste ponto o procedimento adoptado nos anteriores, vertebrando o texto com subtítulos de modo a sintonizar mais facilmente o leitor com a matéria abordada, apresentando-se nos primeiros 6 tópicos as conclusões dos objectivos subsidiários.

Sobre o desenvolvimento local

De acordo com os autores consultados podemos concluir que o desenvolvimento local é um processo que percorre um caminho que passa pela detecção e identificação dos problemas e desejos das populações, e pela intervenção para a sua resolução e satisfação, com o objectivo de se criar as condições que reforcem e fomentem uma atitude colectiva e local de empreendimento e gerem a inovação a nível das atitudes, organizações e tecnologias. Procura-se desta forma desenvolver um processo dinâmico, no qual paralelamente à recolha de dados, ao envolvimento da população,²³ e ao estudo da realidade local e da envolvente com vista a projectar acções futuras, se perspectivem respostas imediatas a problemas e desafios que requerem actuações também imediatas (ESDIME, 1997: 35).

Tem como finalidade o aproveitamento de novas oportunidades para a promoção de qualquer território, o que implica principalmente capacidade de iniciativa, interligação de esforços, união de organizações, sectores, actividades ou instituições, tudo com vista a tirar partido das sinergias, das potencialidades locais, e a resolução mais imediata e correcta dos problemas dos habitantes de um território.

Em suma este processo coloca aos seus protagonistas imperativos como os seguintes:

1. Mobilização das populações na condução dos seus destinos e minimização da cultura do fatalismo;
2. Valorização dos recursos locais e reanimação das capacidades locais;
3. Defesa da tipicidade, inovação, qualificação e diferenciação em relação a outros territórios;
4. Reforço das instituições e organizações de base (e mesmo intermédias), e adopção de uma estratégia de intervenção.

O desenvolvimento local é portanto um processo que implica uma visão integrada dos problemas de uma dada zona, proporcionando a melhoria das condições de vida da população.

Sobre os antecedentes do desenvolvimento local

Hoje em dia a variabilidade de experiências de desenvolvimento local é uma realidade incontornável, pese embora tais processos nem sempre terem sido perspectivados da forma como de momento o são. Está-se perante um tipo de abordagem recente, que

²³ Pois para que um processo de desenvolvimento tenha lugar é essencial que ocorra uma forte participação e mobilização das populações para projectos de âmbito social, cultural, económico.

emergiu com a crise económica do início dos anos 70 e das críticas que foram dirigidas às representações dos processos de desenvolvimento inspiradas nos modelos do tipo centro-periferia e no paradigma difusionista/funcionalista do desenvolvimento.

O desenvolvimento deixa de ser concebido como um fenómeno que parte de “cima para baixo” e identificado como crescimento económico, uma vez que continuavam a persistir desigualdades às escalas mais diversas e o futuro das gerações vindouras começava a estar ameaçado.

Estava encontrado o impulso subjacente à eclosão de novas formas de abordagem do desenvolvimento. Tentando ultrapassar a visão simplista e reducionista do anterior paradigma, o espaço é tido como um “espaço vivido” dando-se realce à sua componente social assim como à mobilização de recursos desencadeada por todos os actores de desenvolvimento de um determinado território.

Contrariamente ao paradigma funcionalista, que confere privilégio à função em detrimento do território, a perspectiva territorialista do desenvolvimento pretende atingir o equilíbrio entre estas duas noções. A dimensão local ocupa aqui um lugar de relevo, centrado nas pessoas e em que o partenariado surge, quase sempre, como o reforço das capacidades locais.

É neste contexto que as ADL's são tidas como actores privilegiados em qualquer processo de desenvolvimento local.

Ou, por outras palavras, numa observação sobre o passado recente da humanidade consta-se que devido a múltiplos factores entre os quais a posição privilegiada do poder central para definir as funções dos territórios, teve lugar a partir de «cima para baixo» a implantação de equipamentos e infra estruturas em locais que na óptica dos decisores reuniam as melhores condições para se transformarem em pólos de crescimento e de investimento, acreditando-se assim que a expansão das actividades económicas dessas zonas com grandes potencialidades de crescimento económico provocaria por efeito de difusão uma melhoria generalizada das condições de vida das populações.

Esta visão, herdeira de concepções e práticas que remontam a épocas recuadas, assentava em preocupações acrescidas com o cálculo racional dos custos, e não com as especificidades sócio-culturais de um determinado espaço.

Porém no início dos anos setenta do século XX este modelo de política económica e de ordenamento do território esgotou-se, nomeadamente a partir do momento em que ocorreu o 1º choque petrolífero e se fizeram sentir os efeitos devastadores de vários desastres ecológicos. Os problemas sociais e ambientais agravaram-se e ganharam uma inquietante visibilidade que se traduziu num crescente aumento de respostas a esses problemas por parte de representantes locais daqueles que foram atingidos por situações de desemprego, baixo nível de vida, reduzidas qualificações, poluição, e por vezes casos de fome.

Ganha corpo a preocupação com as condições de vida no presente e com o futuro das gerações vindouras, que começava a estar ameaçado.

A anterior perspectiva difusionista ou funcionalista, é substituída por um novo paradigma designado por "territorialista", "*from below*" ou "endógeno", que propugna a valorização dos locais/territórios, com base na mobilização dos respectivos recursos endógenos, que embora possam não ser suficientes para ultrapassar todas as

dificuldades sentidas são a base determinante do sucesso desta lógica, que requer a articulação entre mecanismos ascendentes e descendentes, entre actores locais e actores exteriores, entre o local (autarquias, ADL's ...), o nacional (poder central) e instâncias supranacionais (caso da União Europeia), com a finalidade de proporcionar melhores condições de vida às populações atingidas por situações gravosas.

Sobre a inserção das ADL's no desenvolvimento dos territórios

Face ao problema do declínio enfrentado por zonas rurais verifica-se que nestas áreas as ADL's têm através da sua actuação contribuído para: i) gerar e disseminar a inovação, nomeadamente ao nível das atitudes, das organizações e das tecnologias; ii) estimular uma postura colectiva e individual propiciadora de iniciativas conducentes à dinamização da base económica da sua Zona de Intervenção, (por exemplo fomentando o empreendedorismo, e promovendo a qualificação das populações); iii) melhorar as condições sociais, nomeadamente dos estratos mais desfavorecidos; iv) concretizar actividades culturais; e v) melhorar as condições ambientais.

Sobre o Alentejo

Esta é umas regiões mais pobres da União Europeia onde predominam os serviços não comercializáveis e os serviços de apoio ao consumo; com reduzida capilaridade social,²⁴ dotada de um diminuto quantitativo (absoluto e relativo) nos estratos socioprofissionais mais qualificados; região onde se assinalam ainda expressivas assimetrias intra-regionais; região agrícola, caracterizada pelo sistema extensivo da monocultura, pela predominância de cereais e pela prevalência das explorações de grande e média dimensão; duplamente envelhecida, com tendência para a rarefacção humana e desertificação biofísica; com uma base económica debilitada, essencialmente especializada em actividades utilizadoras de recursos naturais, situadas muito a montante da cadeia de transformação, o que implica uma diminuta capacidade de gerar efeitos multiplicadores endogeneizáveis, e cujo espaço rural se caracteriza na generalidade como economicamente estacionário e em retracção demográfica apresentando no entanto algumas virtualidades, nomeadamente no âmbito de vários tipos de turismo (de natureza, aventura, rural, cultural, radical).

Sobre os territórios e os actores

No que concerne aos territórios onde ocorreram as experiências seleccionadas e às ADL's cujos representantes foram entrevistados sobre essas experiências, conclui-se que relativamente aos territórios, como é óbvio, se identificam em muito com as características genéricas do Alentejo, referidas no parágrafo anterior, apresentando a Margem Esquerda do Guadiana situações mais gravosas em alguns indicadores do que o distrito de Évora.

Quanto às ADL's conclui-se que quase todas se encontram já dotadas de um corpo técnico bastante considerável e que actuam em domínios bastante diversificados tais como: economia/desenvolvimento rural e actividades tradicionais, educação e formação profissional, figurando ainda com alguma expressão iniciativas nos seguintes âmbitos: social, cultura e património, assistência técnica e prestação de serviços, e promoção da intervenção cívica.

²⁴ No sentido dos estratos baixos poderem ascender ao empresariado, aqui devido a dificuldades estruturais, que residem na características da realidade económica (reduzido mercado local e regional, reduzido número de empresas ...).

1ª Síntese parcelar

Os parágrafos anteriores permitem concluir que face à continuada desvitalização do Alentejo tem cabido e caberá às ADL's proporcionar especiais contributos para o desenvolvimento dos territórios, infelizmente não compensados pelo poder central e pela própria União Europeia, o que não permite a estes importantes actores desempenhar cabalmente as suas potencialidades, facto que emerge nas declarações de alguns respondentes ao evidenciarem várias dificuldades que não puderam ser ultrapassadas devido à escassez de recursos financeiros e humanos.

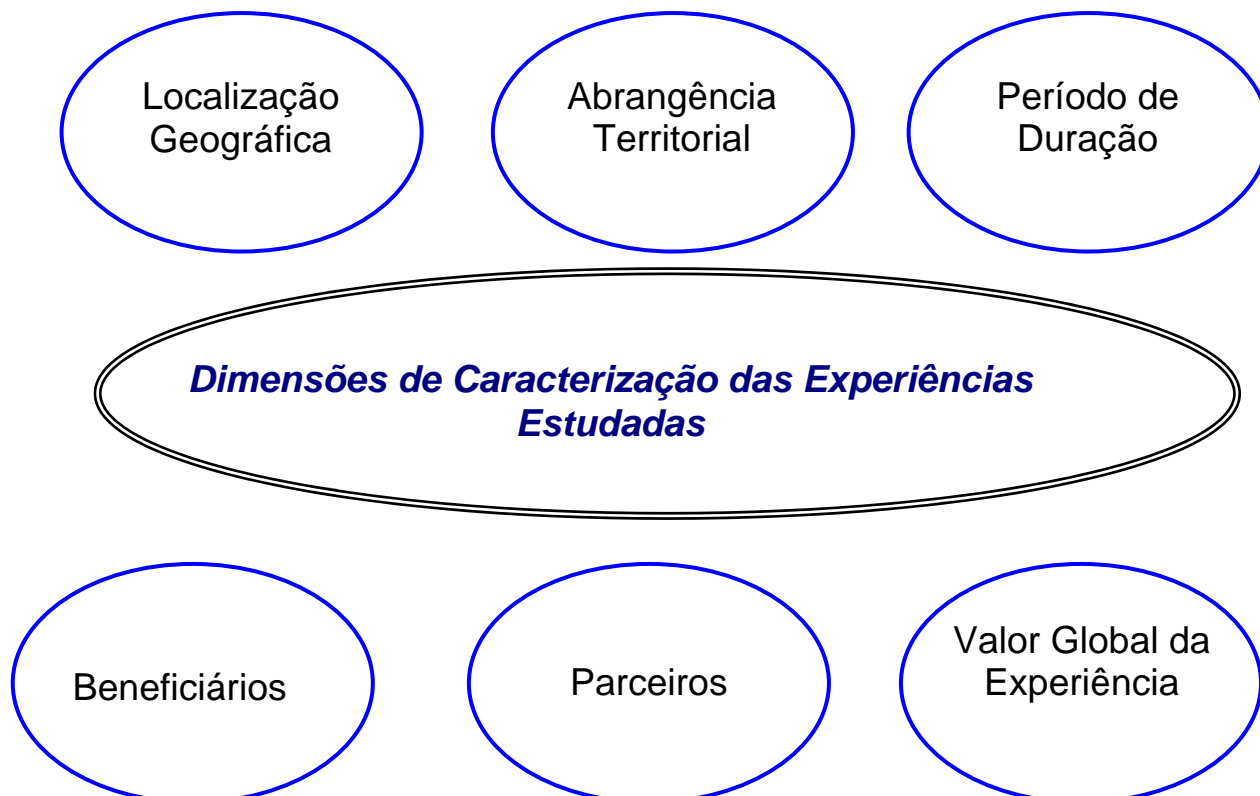
Sobre os estudos de caso (experiências de desenvolvimento local)

É no âmbito deste ponto que se situam os objectivos fundamentais do estudo, que, lembre-se são os seguintes: descrever as experiências de desenvolvimento local seleccionadas; ii) evidenciar as causas do grau de sucesso ou de insucesso que as caracterizam; iii) explicitar os ensinamentos que proporcionaram; e iv) apresentar as sugestões que os intervenientes consideram de interesse transmitir aos destinatários desta publicação.

Sobre o 1º Objectivo (descrever as experiências de desenvolvimento local seleccionadas)

Essas experiências, ou casos abordados, foram apresentadas no ponto 2 da Parte II cuja descrição teve por base um conjunto de dimensões previamente seleccionadas para o efeito, e que se encontram sistematizadas no esquema 1.

Esquema 1 – Dimensões de Caracterização das Experiências Estudadas



De acordo com a finalidade deste trabalho os seis casos foram divididos em dois conjuntos, um primeiro conjunto que inclui três experiências consideradas bem sucedidas e um segundo conjunto que inclui as outras três experiências consideradas como menos bem sucedidas.

As **experiências bem sucedidas** caracterizam-se essencialmente pela sua diversidade pois uma situa-se no âmbito do tele-trabalho, outra no âmbito do turismo rural e outra no âmbito da conservação da natureza.

Já as **experiências menos conseguidas** são mais homogéneas, pois duas respeitam a iniciativas no âmbito do apoio ao associativismo, e a terceira a uma iniciativa de cariz empresarial.

☛ Sobre o 2º Objectivo (evidenciar as causas do grau de sucesso ou de insucesso que caracterizam as experiências seleccionadas)

No âmbito deste objectivo pode-se concluir que, quanto às **experiências bem sucedidas**,²⁵ os factores que se lhe encontram subjacentes são os seguintes:

- ✓ Interesse ou motivação do público alvo ou dos beneficiários mediatos.
- ✓ Elevado empenho (e por vezes denodo) dos técnicos e dirigentes da ADL na realização de tarefas exigidas para prossecução da iniciativa.
- ✓ Articulação e sintonização entre entidades parceiras ou associadas.

Mais concretamente verifica-se que os factores subjacentes ao sucesso das experiências, foram no que se refere aos intervenientes os que seguidamente se explicitam.

- ✓ **Por parte das ADL's**, constata-se que há duas situações, uma mais centrada no empenho da ADL, e a outra mais centrada na justeza do diagnóstico e na adequada percepção dos reais interesses dos destinatários na experiência.
- ✓ **Por parte dos restantes parceiros**, consistiram nos contactos e *démarches* estabelecidos por estes actores com entidades terceiras (organismos da Administração Pública e empresas), e cujos contributos foram assim muito importantes ou decisivos para assegurar a viabilidade da experiência.
- ✓ **Por parte dos poderes públicos**, na sua receptividade, interesse e empenho na prossecução da experiência.
- ✓ **Por parte dos destinatários**, verifica-se que em duas das experiências consistiram na adesão motivada pela percepção das vantagens de que poderiam usufruir.

No que se refere às experiências em que não se conseguiu atingir satisfatoriamente os objectivos estipulados inicialmente, ou seja as **experiências menos conseguidas**,²⁶ os factores que contribuíram para explicar o grau de insucesso foram nomeadamente os seguintes:

²⁵ Que conforme referido anteriormente foram: a constituição do parque natural do Vale do Guadiana (indicada pela ADPM), o empreendimento de turismo de aldeia em S. Gregório (Rio de Moinhos – Borba) (indicada pela TRILHO), e o centro partilhado de tele-trabalho (indicada pela ALIENDE).

²⁶ Que foram recorde-se as seguintes: a constituição de uma federação de Artesanato do Alentejo (indicada pela Terras Dentro), a criação de uma empresa de Turismo (indicada pela ADPM), e a promoção do associativismo no âmbito de um Programa Global de Intervenção (indicada pela TRILHO).

- ✓ Voluntarismo excessivo por parte dos promotores, pois abalancaram-se a desencadear a iniciativa sem terem efectuado a avaliação cabal exigida pela complexa situação enfrentada (legislação restritiva ou fortemente condicionante, tempo de maturação exigido por algumas fases da experiência, e outros que serão detalhados nos pontos seguintes);
- ✓ Conflito de interesses, manifesto ou latente, no seio de subconjuntos do público-alvo visado pela iniciativa, agudizado pela discordância de alguns dos destinatários em relação a medidas previstas com efeitos considerados incorrectos ou lesivos para si por esses destinatários;
- ✓ Carência de recursos, nomeadamente humanos por parte da entidade promotora que não pode assim disponibilizar efectivos necessários para acompanhar convenientemente o andamento do processo.

O que significa:

- ✓ **Por parte das ADL's**, insuficiente experiência e falta de capacidade de resposta (em meios humanos e recursos financeiros) a situações não previstas.
- ✓ **Por parte dos restantes parceiros**, situações de conflitualidade entre alguns destes actores, associadas à debilidade das respostas, face à resistência oferecida pelos destinatários de algumas das iniciativas.
- ✓ **Por parte dos destinatários**, a visão de curto prazo e a falta de espírito associativo.

Ou seja, em suma as dificuldades encontradas consistiram em quase todos os casos: i) na inexperiência dos técnicos e dirigentes de ADL's no que se refere às peculiaridades inerentes às iniciativas em análise; ii) inexistência de sintonia com os objectivos da iniciativa por parte dos respectivos destinatários; e iii) entraves de carácter burocrático colocados pelos organismos da administração pública.

As consequências traduziram-se na desacreditação do tipo de iniciativas em análise por parte dos destinatários e outros actores não implicados, e em desmotivação por parte dos técnicos e dirigentes, que no futuro pretendem desencadear iniciativas idênticas após terem procedido a uma preparação mais cuidada e aprofundada.

☛ Sobre o 3º objectivo (explicitar os ensinamentos que proporcionaram)

As **experiências bem sucedidas** proporcionaram aos técnicos e dirigentes um aprofundamento dos respectivos conhecimentos e domínio sobre:

- ✓ As exigências e particularidades inerentes às diferentes fases do ciclo da experiência (desde o diagnóstico ou desenho da intervenção, programação, execução, e num dos casos até à avaliação final).
- ✓ Particularidades da Zona de Intervenção, e dos públicos-alvo.

Para além desse capital possibilitaram ainda conhecimento sobre especificidades próprias a cada intervenção (legislação aplicável, actores externos envolvidos).

Quanto às **experiências menos bem sucedidas**, pode dizer-se que genericamente a conclusão aponta para ensinamentos que se traduzem:

- ✓ Em evitar o voluntarismo por parte de dirigentes e técnicos das ADL's;
- ✓ E de, durante o desenho de um projecto serem tomadas precauções que assegurem a sua viabilização (por exemplo, garantia de acompanhamento jurídico; definição de metodologias e estratégias adequadas, e por vezes selecção criteriosa de parcerias).

Com vista à sistematização da informação apresentada anteriormente, segue-se um quadro resumo onde constam traços tidos como mais pertinentes para um melhor entendimento dos casos estudados.

Quadro 10 - Síntese dos estudos de caso

Dimensões em análise	Experiências bem sucedidas	Experiências menos conseguidas
Objectivo genérico da experiência	<ul style="list-style-type: none"> • Tele-trabalho • Turismo Rural • Conservação da natureza 	<p><i>Apoio ao:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Associativismo • Sector empresarial
Causas/motivações do promotor	<p><i>Directamente relacionadas com:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ o objecto/missão das ADL's e dos seus parceiros de projecto ✓ o diagnóstico da Zona de Intervenção (potencialidades/debilidades) 	<p><i>Directamente relacionadas com:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ o diagnóstico da Zona de Intervenção (potencialidades/debilidades)
Factores subjacentes ao sucesso ou falta de sucesso	<ul style="list-style-type: none"> ✓ interesse/motivação dos beneficiários directos e indirectos ✓ elevado empenho dos técnicos e dirigentes das ADL's ✓ articulação e sintonização entre parceiros e associados 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ voluntarismo excessivo por parte dos promotores ✓ conflito de interesses nos subconjuntos do público-alvo ✓ falta de espírito associativo e de uma visão de futuro ✓ escassez de recursos (humanos e financeiros) ✓ reduzida experiência por parte das ADL's
Principais dificuldades encontradas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ falta de adequabilidade da regulamentação jurídica à especificidade de cada experiência ✓ elevada burocracia ✓ desconhecimento e /ou resistência por parte de alguns beneficiários sobre o objectivo genérico do projecto 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ indefinição legislativa ✓ deficiente articulação entre o público-alvo ✓ escassez de recursos ✓ elevada abrangência geográfica da iniciativa

Efeito demonstração	<p><i>Possível, desde que a transferibilidade da experiência seja sustentável em termos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ organizativos ✓ financeiros ✓ e mobilização da população envolvida 	<p>Não aplicável</p>
Efeito multiplicador	<ul style="list-style-type: none"> ✓ maior qualificação profissional ✓ criação de postos de trabalho ✓ sensibilização crescente da população para a protecção do património natural, histórico e cultural 	<p>Não aplicável</p>
Aprendizagens adquiridas	<p><i>Conhecimentos aprofundados acerca:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ das exigências que se colocam nas diferentes fases da experiência ✓ da Zona de Intervenção e dos públicos-alvo 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ evitar o voluntarismo por parte das ADL's ✓ assegurar a viabilidade do projecto desde a sua elaboração
Perspectivas futuras do projecto	<p><i>Continuidade do projecto:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ abrangendo outros públicos ✓ apostando na participação efectiva das populações locais 	<p><i>Seria desejável, pese embora a existência de condicionalismos, tais como:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ falta de espírito associativo ✓ dificuldades de natureza financeira, técnica e legislativa

2ª Síntese parcelar

Das experiências de desenvolvimento local que constituíram os estudos de caso seleccionados depreende-se que as causas do grau de sucesso ou insucesso das experiências são diversas (motivação/conflitos de interesses por parte da população beneficiária; empenho/voluntarismo excessivo da entidade promotora; pleno funcionamento da parceria/escassez de recursos), e pese embora se tenha tratado de experiências bem sucedidas ou não, os ensinamentos a retirar das mesmas apresentam-se como de relevante importância, conferindo a estes actores do desenvolvimento local maior maturidade nas suas actuações, assim como um número acrescido de condições para que a sua intervenção futura nos territórios seja coroada de êxito.

SUGESTÕES

☛ Por parte dos respondentes

Que sejam tomadas todas as medidas que garantam a sustentabilidade das experiências, de acordo com as características/exigências próprias de cada uma, é claramente a sugestão que se infere da leitura das respostas dos inquiridos. Podemos tomar ainda como recomendação adicional por parte dos mesmos respondentes a transferibilidade²⁷ do projecto para outros territórios, ao considerarem que a experiência relatada por cada um deles tem possibilidade de ser adaptada em outros territórios, não se verificando todavia nesta resposta traços comuns, pois foram apontadas as seguintes boas práticas: envolvimento das populações, trabalho em parceria (público, privado e associativo), um novo tipo de oferta turística, e ainda a iniciativa relatada por um desses respondentes, relacionada com a formação e inserção profissional pelo tele-trabalho à qual deve ser enxertado um complemento que garanta a respectiva sustentação.

Outras sugestões, decorrentes de preocupações manifestadas por alguns dos respondentes, prendem-se com o interesse do levantamento e posterior aprofundamento dos temas considerados mais relevantes por eles e pelos seus colegas de outras Associações, podendo em noutro estudo ser abordada a questão dos reembolsos em atraso, que teimam em persistir insidiosamente, e que colocam à beira do colapso várias ADL's.

A última sugestão neste âmbito, e que se insere na preocupação com a visibilidade do movimento associativo local, consiste no estudo do Balanço de Competências das ADL's, com a finalidade de que seja divulgado o já valiosíssimo saber fazer destas organizações, e evidenciadas as potencialidades que esse património permite aproveitar.

☛ Por parte dos autores deste texto

As sugestões seguidamente deixadas à consideração dos destinatários desta publicação decorrem de algumas das inquietações manifestadas pelos respondentes, e das potenciais pistas de investigação que os autores consideraram pertinente propor face aos resultados obtidos.

A primeira sugestão aponta para a realização de um estudo aprofundado sobre as causas do individualismo no Alentejo, as quais impedem em alguns locais a constituição de associações de defesa de interesses, por parte de vários conjuntos profissionais (artesãos, agricultores, etc.)²⁸.

²⁷ A noção de transferibilidade encontra-se aqui muito associada à noção de efeito demonstrativo, ou seja de factos que demonstraram poder ser adoptados ou adaptados em outros territórios.

²⁸ Sobre esta questão um dos nossos respondentes referiu ser importante desmistificar a problemática do associativismo no nosso país, e aprofundar a ligação do associativismo ao período do pós 25 de Abril, tendo seguidamente colocado as seguintes questões: "Por que razão não funciona o associativismo no nosso país e funciona nos outros? Será que funciona? Ou é só a do bom funcionamento que nos é vendida?".

A segunda sugestão refere-se à necessidade de promoção por parte das Associações de ADL's (Monte ACE, Ideia Alentejo, ANIMAR), por iniciativa de uma ADL ou da Universidade de Évora, de debates sobre incidentes críticos, como os casos menos bem sucedidos que aqui foram analisados, de forma a que os que se encontram no terreno fiquem mais bem apetrechados para ultrapassar as dificuldades que se lhe depararem, e assim contribuir mais eficazmente para o desenvolvimento da região do Alentejo.

BIBLIOGRAFIA

CITADA

ALVES, M. Brandão (s.d.), "As possibilidades do desenvolvimento local" in *O Desenvolvimento Local é Possível?*, Lisboa, Edições SPER (Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais), pp 17-26.

AMARO, Rogério Roque (1992), *Iniciativas de Desenvolvimento Local: caracterização de alguns exemplos*, Lisboa, ISCTE/IEFP

ARNAL, Justo; RINCÓN, Delio del e LATORRE, António (1992), *Investigación Educativa – Fundamentos y Metodologías*, Barcelona, Editorial Labor, S.A.

BENKO, G.B. (1993), "Desenvolvimento regional e indústria de alta tecnologia: um estudo das dinâmicas locais"; *Finisterra*; vol. XXVIII; n.º 55-56, pp.73-100.

CANDEIAS, José M. L. (2002), *A propósito das Associações de Desenvolvimento Local do Alentejo*, Alcaçovas, Associação Terras Dentro

CCRA (1994), *Programa Operacional do Alentejo: Quadro Comunitário de Apoio 1994/1999*, Évora, CCRA

DOORMAN, Frans et al. (1991), *La Metodología del Diagnóstico en el Enfoque "Investigación Adaptativa"*, Heredia, Universidad Nacional

ESDIME (1997), *Desenvolver Desenvolvendo – Práticas e Pistas para o Desenvolvimento local no Alentejo*, FEDER / P.O.R. Alentejo

FRIEDMAN, J. e C. Weaver (1979), *Territory and Function: The evolution of Regional Planning*, London, Edward Arnold

GUERRA, Isabel (1996); "Economia global e alternativas locais: metrópoles e micrópoles"; *Sociedade e Território*; n.º 23, pp.115-123

HENRIQUES, José M. (1990), *Municípios e Desenvolvimento - Caminhos possíveis*, Lisboa, Escher.

HIRSCHMAN, A. (1958), *The Strategy of Economic Development*, New Haven and London, Yale University Press

INDE / INTERCOOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (1994), *Manual Metodológico do Agente de Desenvolvimento Local*, s. l., INDE

INE (1981), *Recenseamento Geral da População*, Lisboa, INE

INE (1991), *Recenseamento Geral da População*, Lisboa, INE

INE (2001), *Censos definitivos*, Lisboa, INE

LOPES, Simões (1989), "Regionalização e desenvolvimento Regional" *Vértice*, nº19, II Série

MARTINS, Édio L.S. (1995); *Ensino, Formação profissional e desenvolvimento Local e regional* (Dissertação de Mestrado); Lisboa; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

MONTE, Agrupamento Complementar de Empresas (2000), *Candidatura à Iniciativa Comunitária para o Desenvolvimento Rural – Leader +*, Arraiolos, MONTE ACE

MYRDAL, G. (1957), *Economic Theory and Underdeveloped Regions*, Londres, Methween

PEDROSO, Paulo (1998), *Formação e Desenvolvimento Rural*, Oeiras, Celta Editora.

REIS, José (s.d.), *O desenvolvimento local é possível?*, Lisboa, Edições SPER

SANTOS, Marcos Olímpio G. (1997); *Alentejo 2010: O Cenário mais provável* (tese de doutoramento); Évora; Universidade de Évora

STÖR, W e D. R. F. Taylor (eds) (1981), *Development from above or from below?: The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries*, Chichester, J. Wiley and Sons Ltd

CONSULTADA

CASTRO, Eduardo Pires, Artur da Rosa (1990); "Divisão Internacional do Trabalho e Dinâmica do *Desenvolvimento Regional*. Perspectivas para os anos 90"; *Actas do 1º Encontro Nacional da APDR*; Aveiro; (10-12 de Maio); 10 pp. (policopiado)

BRAGA, Domingos (2002), *Inovação, Cultura Empresarial e Desenvolvimento Local: o caso dos Empresários no Alentejo* (tese de doutoramento), Évora, Universidade de Évora.

SIGLAS

ACE	Agrupamento Complementar de Empresas
ADIM	Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz
ADL	Associação de Desenvolvimento Local
ADMC	Associação de Desenvolvimento Montes Claros
ADPM	Associação de Defesa do Património de Mértola
ADRAL	Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo
ANIMAR	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio Rural
APDT	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento do Tele-Trabalho
ATD	Associação Terras Dentro
CCRA	Comissão de Coordenação da Região Alentejo
CEVALOR	Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais
CIDEC	Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos
DGT	Direcção Geral do Turismo
ESDIME	Empresa para o Desenvolvimento Integrado de Messejana / Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste
FDTI	Fundação para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação
GIR	Gabinete de Intervenção Rural
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
INDE	Intercooperação e Desenvolvimento (ONG para a ...)
INE	Instituto Nacional de Estatística
INOFOR	Instituto para a Inovação na Formação
ISCTE	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
MEG	Margem Esquerda do Guadiana
NUTE / NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONGD	Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
PIC	Programa de Intervenção Comunitária
PLI	Plano Local de Intervenção
POR Alentejo	Programa Operacional da Região Alentejo
RTE	Região de Turismo de Évora
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SPER	Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
VAB	Valor Acrescentado Bruto
ZI	Zona de Intervenção

ANEXO I

Experiências das ADL's no Alentejo

O Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, em colaboração com a Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo - ADRAL e o Programa Delnet de Apoio ao Desenvolvimento Local do Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (CIF/OIT), está a efectuar um estudo sobre as experiências de desenvolvimento local no Alentejo. Trata-se de um estudo que irá ser divulgado a toda a Rede do Programa Delnet que, neste momento, reúne mais de 1.000 instituições e pessoas de 55 países de todo o Mundo. Neste sentido, solicitamos e agradecemos antecipadamente a sua colaboração para responder ao presente inquérito.

NOTA: Se for necessário termine a resposta a qualquer das questões, identificando-a, no verso desta página

I - Caracterização da ADL

P1. Designação da ADL _____

P2. Data de início de actividade _____

P3. Zona de Intervenção _____

P4. Âmbito das actividades _____

II – Experiências em Desenvolvimento Local

P5. Indique, **numerando-as**, até 5 experiências que considere das **mais conseguidas** pela ADL que pertence. _____

P6. Por cada experiência descrita na pergunta anterior (P5), refira também até 5 traços e/ou características (1.1., 1.2; 2.1, 2,2, etc.) que permitem classificá-la como merecedora de destaque. _____

P7. Indique, **numerando-as**, até 5 experiências que considere das **menos conseguidas** pela sua ADL. _____

P8. A cada uma das experiências referidas em P7 (1, 2 ..), associe até 5 traços e/ou características (1.1., 1.2, 2.1, 2,2, etc.) que a permitem classificar como menos conseguida. _____

Obrigado pela sua colaboração

ANEXO II

Experiências de desenvolvimento local no Alentejo (Estudo de casos)

O Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, em colaboração com a Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo - ADRAL e o Programa Delnet de Apoio ao Desenvolvimento Local do Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (CIF/OIT), como é do vosso conhecimento, está a efectuar um estudo sobre as experiências de desenvolvimento local no Alentejo. Neste sentido, na continuação da informação disponibilizada anteriormente, solicitamos a vossa colaboração para responder ao presente inquérito.

Agradecemos antecipadamente a vossa colaboração.



Inquérito n.º _____

Respondentes:

I - CARACTERIZAÇÃO DA ADL

P1. Designação da ADL

P2. N.º e Tipo de associados

P3. Caracterização dos recursos, estrutura e funcionamento da ADL

P4. Projectos em curso

P5. Projectos candidatados

P5.1. Em parceria dinamizada pela ADL

P5.2. Exclusivamente, sem recurso a parcerias

P6. Participação da ADL em outros projectos por convite de terceiros

II. PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NA ZONA DE INTERVENÇÃO DA ADL

P7. De acordo com a candidatura ao Leader + (ou outras) indique por favor

P7.1. As principais potencialidades da Zona de intervenção da sua ADL?

P7.2. O que deve ser feito para maximizar as potencialidades da Zona de Intervenção da sua ADL?

P7.3. As principais debilidades/problemas da Zona de intervenção da ADL?

P7.4. O que deve ser feito para minimizar as debilidades/problemas da Zona de Intervenção da sua ADL?

P8. Na vossa opinião, quais são as perspectivas futuras de desenvolvimento local da Zona de intervenção da ADL (nos próximos 10 anos)?

P9. Quais as condições (recursos e as parcerias, etc.) que julga ser necessário desenvolver para otimizar a capacidade de intervenção da sua ADL?

III. EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL COM SUCESSO NA ZONA DE INTERVENÇÃO DA ADL

3.1. Caracterização genérica da experiência

P11. Identificação e objectivo genérico da experiência

P12. Localização da experiência

P13. Abrangência territorial da experiência

P14. Data de início e de fim do processo de candidatura

P15. Data de início do funcionamento efectivo da experiência após o terminus da candidatura

P16. Beneficiários da experiência

P17. Parceiros da ADL na experiência

P18. Valor global da experiência apresentado na candidatura

P19. Participação na implementação da experiência por interveniente

P19.1. Promotor

P19.2. Nacional

P19.3. Comunitária

P20. Despesas da ADL com o apoio à candidatura

3.2. Causas e impactes dos resultados alcançados com a experiência

P20. Quais as causas ou motivações que justificaram por parte do promotor a candidatura da experiência em referência?

P21. Quais eram os resultados esperados à partida com a experiência, e até que ponto foram atingidos ?

P22. A que se deve ou deveu o sucesso da experiência, de acordo com os itens indicados:

P22.1. Por parte da ADL

P22.2. Por parte dos restantes parceiros

P22.3. Por parte dos poderes públicos

P22.4. Por parte dos destinatários

P22.5. Por parte de outros actores

P23. Quais as principais dificuldades encontradas ao longo da experiência? E como foram superadas?

P24. Que aspectos contraditórios podem ser identificados actualmente devido ao funcionamento da experiência? Quem está a ser afectado e qual o grau de gravidade dos prejuízos? Que medidas já foram ou se prevê virem a ser tomadas para atenuar ou resolver a situação?

P25. Na vossa opinião quais são os aspectos que podem ser transferíveis para outros territórios? Justifique a sua resposta.

P26. Quais as aprendizagens que a experiência trouxe aos técnicos e responsáveis pela ADL?

P27. Para além dessa aprendizagem, em que medida contribuiu para melhorar ou agravar todos os restantes aspectos positivos referenciáveis, e em que medida contribuiu para melhorar ou agravar todos os restantes aspectos negativos referenciáveis (efeito multiplicador da experiência)

P28. Qual a situação actual e perspectivas futuras da experiência?

P29. Que sugestões / recomendações tomaria a ADL em atenção ou gostaria de deixar a responsáveis de outras ADL's acerca de iniciativas deste género?

IV. EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SEM SUCESSO NA ZONA DE INTERVENÇÃO DA ADL

4 .1. Caracterização genérica da experiência

P30. Identificação e objectivo genérico da experiência

P31. Localização da experiência

P32. Abrangência territorial da experiência

P33. Data de início e fim do processo de candidatura

P34. População beneficiária da experiência

P35. Parceiros da ADL na experiência

P36. Valor global da experiência apresentado na candidatura

P37. Comparticipação na implementação da experiência por interveniente

P37.1. Promotor

P37.2. Nacional

P37.3. Comunitária

P38. Despesas da ADL com o apoio à candidatura

4.2. Causas e impactes dos resultados alcançados com a experiência

P39. Quais as causas ou motivações que justificaram a candidatura da experiência em referência?

P40. Dos resultados esperados com a experiência foi atingido algum?

P41. A que se deve ou deveu a falta de sucesso da experiência, de acordo com os itens indicados:

41.1. Por parte da ADL

41.2. Por parte dos restantes parceiros

41.3. Por parte dos poderes públicos

41.4. Por parte dos destinatários

41.5. Por parte de outros actores

P42. Por outras palavras quais as principais dificuldades encontradas ao longo da experiência?

P42.1. Quais as que se conseguiu superar e como?

P42.2. Quais as que não se conseguiu superar e porquê?

P43. Na vossa opinião, quais foram e em que grau, as consequências negativas da experiência na zona de intervenção da ADL?

P44. Que repercussões negativas (ou positivas) da experiência podem ser identificadas em outros locais?

P45. Quais as aprendizagens que a experiência trouxe aos técnicos e responsáveis pela ADL?

P46. Que outros impactes (positivos e negativos) desta experiência podem ser identificados na ADL?

P47. Será desejável, e se sim, até que ponto é possível, proceder à reactivação da experiência?

P48. Que sugestões/ recomendações tomaria a ADL em atenção ou gostaria de deixar a responsáveis de outras ADL's acerca de iniciativas deste género?

Data ____ / ____ / ____

Observações: _____

O Programa **Delnet** do Centro Internacional de Formação da OIT, é realizado graças ao apoio da **Cidade de Sevilha, Espanha** (Município de Sevilha) e da **Fundação CajaGRANADA, Espanha**

e conta com a colaboração de:

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
- Fundação Interamericana (FIA / IAF)
- Programa de Melhores Práticas e Liderança Local de UNCHS – Habitat
- Escola Superior de Pessoal do Sistema das Nações Unidas (UNSSC)

Colaboram tecnicamente com **Delnet**:

Unidade de Coordenação de Gênero - CIF/OIT
Enfoque Global, Madrid, Espanha

EDITA:
CENTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL DO TRABALHO

Viale Maestri del Lavoro, 10 • 10127 Turim, Itália. Fax: +39 011 693 64 77

Correio eletrônico:
Internet:

delnetportugues@itcilo.org
<http://www.itcilo.org/delnet>

As denominações usadas, conforme a prática seguida pelas Nações Unidas, e a forma de apresentação dos dados nas publicações da OIT não implicam uma consideração crítica por parte da Organização Internacional do Trabalho em relação à situação jurídica dos países, às áreas ou territórios citados ou às suas autoridades, nem sobre a delimitação das suas fronteiras. A responsabilidade das opiniões expressas nos artigos, estudos e em outras colaborações assinados pertence, exclusivamente, aos seus autores e a sua publicação não significa a aprovação da OIT. As referências a empresas ou a processos ou produtos comerciais não implicam qualquer aprovação por parte da OIT, assim como o fato de empresas ou processos ou produtos comerciais não serem mencionados não implica uma desaprovação.

Editado pelo Centro Internacional de Formação da OIT, Turim, Itália.